



## Município da Marinha Grande

### Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada no dia 29/10/2018.

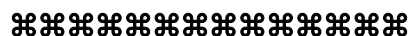
Mandato de 2017/2021  
Ata nº 36

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Mêlina Monteiro Mira Domingues;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



#### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

- 1. Sr. João Carlos Gomes de Sousa** – pretende falar sobre o requerimento enviado a todos os Vereadores para marcação de reunião; sobre o requerimento para isenção de taxas municipais e obter esclarecimentos sobre os prazos legais para respostas a requerimentos.
- 2. Sr. Joaquim Andrade** – pretende abordar sete assuntos, alguns dos quais não são novos, mas não pretende resposta, apenas alertar.
- 3. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal** – pretende falar sobre os semáforos da Embra, junto ao Pingo Doce, e sobre o mau estado da Rua das Raízes

#### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

Intervenção dos membros do executivo

#### **ORDEM DO DIA**

#### **CÂMARA**

1. Aprovação da ata n.º 34, da reunião ordinária do dia 16 de outubro de 2018
2. Aprovação da ata n.º 35, da reunião extraordinária do dia 18 de outubro de 2018
3. Criação de Gabinete de Apoio ao Emigrante - Celebração de Protocolo de Cooperação com a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

#### **FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

4. Resumo de Tesouraria do dia 23 de outubro de 2018
5. Pedido de Substituição de quantias retidas na empreitada “Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande” – Concurso Público n.º 16/2017

#### **TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

6. Isenção do pagamento de taxas

#### **FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**

7. P.A. N.º 85/2018-AP/DISU – “*Serviços de vigilância dos estaleiros municipais*” - Ratificação do despacho n.º 462/CF/DAF/2018 de 19 de Outubro.
8. P.A. N.º 105/2018-AP/DISU – “*Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal*” - Abertura de procedimento de contratação pública.
9. P.A. N.º 120/2018-AP/DAF – “*Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019*” - Abertura de procedimento de contratação pública.

#### **OBRAS PÚBLICAS**

10. Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta-Marinha Grande - Concurso público n.º 18/2018. Não Adjudicação
11. “Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande - CP n.º 16/2017” – Ratificação da suspensão parcial.
12. “Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoíña Velha – Concurso Público n.º 20/2017” - Aprovação de trabalhos a menos.
13. “Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas - Concurso Público n.º 20/2016” - Aprovação de trabalhos a menos.
14. “Requalificação da Rua e Travessa do Mirante – Concurso Público n.º 17/2018” – Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.
15. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 6,25m² de terreno integrado na herança de José Augusto
16. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 47,50m² de terreno integrado na herança de José Gaspar Filipe
17. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 20,00m² de terreno integrado na herança de Emília Pereira Bernardo

#### **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

18. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas na Rua Clube Desportivo Casal Galego n.º 2 Loja D, Casal Galego - Marinha Grande.
19. Req.º nº 1415/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º n.º 539/17, datado de 05/12/2017 - Fernando Nuno Reis Miquelis dos Santos
20. Req.º nº 1884/18, datado de 16/10/2018 - Proc.º n.º 307/18, datado de 26/07/2018 - osé dos Santos Diniz Farto e Lucília Pedrosa Bernardes Diniz
21. Req.º nº 1190/17, datado de 07/07/2017 - Proc.º n.º 526/16, datado de 28/12/2016 - Cabeça de Casal da Herança de António Quintino de Sousa
22. Req.º nº 1930/18, datado de 23/10/2018 - Proc.º n.º 347/17, datado de 02/08/2018 - Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador, Maria Teresa Lagoa dos Santos Serrador Mendes Pereira, António José Lagoa dos Santos Serrador e Jorge Manuel Lagos dos Santos Serrador

23. Req.º nº 1581/18, datado de 03/09/2018 - Proc.º n.º58/18, datado de 22/02/2018 - Rui Jorge Ferreira Coelho
24. Req.º nº 1582/18, datado de 03/09/2018 - Proc.º n.º59/18, datado de 22/02/2018 - Rui Jorge Ferreira Coelho
25. Req.º nº 1318/18, datado de 17/07/2018 - Proc.º n.º 200/18, datado de 25/08/2018 - Hugo António Vieira Guerra
26. Req.º nº 1760/18, datado de 28/09/2018 - Proc.º n.º 488/17, datado de 31/10/2017 - ATT - Advanced Tool Technology, Lda
27. Req.º nº 1864/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 331/18, datado de 08/08/2018 - Maria Odete Gomes Feteira, Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, Maria Clara Feteira Tomé, Chantal Feteira Tomé e Apolinário Feteira Tomé
28. Req.º nº 137/18, datado de 23/01/2018 - Proc.º n.º 19/18, datado de 23/01/2018 - Jacinto Esperança Pereira, Lda.
29. Req.º nº 1037/18, datado de 01/06/2018 - Proc.º n.º 209/18, datado de 01/06/2018 - Marco António Duarte Alves Laranjeira
30. Req.º nº 1693/18, datado de 19/09/2018 - Proc.º n.º 384/16, datado de 15/09/2016 - Ana Acácia Leal Silva e Tiago Feteira Rolo
31. Req.º nº 1324/18, datado de 18/07/2018 - Proc.º n.º 145/17, datado de 17/04/2017 - Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho
32. Req.º nº 1899/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º n.º 101/18, datado de 22/03/2018 - Valorvector - Unipessoal Lda.
33. Req.º nº 1774/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 35/18, datado de 07/02/2018 - Imolazer - Imobiliária, Lda.
34. Req.º nº 953/18, datado de 17/05/2018 - Proc.º n.º 124/10, datado de 31/05/2010 - Maria Adelaide Ferreira Miquelis dos Santos Sampaio
35. Req.º nº 1718/18, datado de 21/09/2018 - Proc.º n.º 20/18, datado de 26/01/2018 - Imolazer - Imobiliária, Lda.
36. Req.º nº 772/18, datado de 18/04/2018 - Proc.º n.º 138/18, datado de 18/04/2018 - Luís Manuel Fernandes Soeima
37. Req.º nº 1777/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 416/18, datado de 02/10/2017 - Conceição de Jesus Vieira, Beatrice Mendes Vieira, Eugénia Maria Vieira Mendes, Odete Vieira Mendes e Gabriel Mendes
38. Req.º nº 1852/18, datado de 12/10/2018 - Proc.º n.º 578/2018, datado de 21/09/2018 - Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande

## **SAÚDE**

39. Escalas de turnos das farmácias do Concelho da Marinha Grande para o ano de 2019 – Emissão de parecer

## **AÇÃO SOCIAL**

40. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Portuguesa de Deficientes: Plano de Atividades de 2018.
41. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal.
42. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Amigos por Perto

### **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

**43.** Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 16 de dezembro apresentado pelo Ginásio Físico-Loucura Prática Desportiva Lda

**44.** Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 11 de novembro. Gala dos 15 anos apresentado por Associação Salto Inteligente “Nelly’s Dance”

**45.** Atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego - FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018.

### **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**

**46.** Desistência de candidatura para apoio financeiro do Clube de Atletismo da Marinha Grande - 1º Meeting de Lançamentos Cidade de Cristal

**47.** Desistência de candidatura a apoio financeiro da ASCD Casal Galego - 9.ª prova de BTT/2018

**48.** Proposta de admissão de candidatura da Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio - Taça Europeia de Clubes “EHF Women’s Challenge Cup 2018”

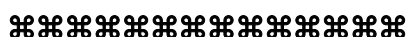
**49.** Atribuição de apoio – Clube de Atletismo da Marinha Grande - Convívio de Benjamins

**50.** Candidatura da SIR 1º de Maio - Taça Europeia de Clubes “Women’s Challenge Cup 2018” - Atribuição de apoio

### **EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

**51.** Celebração de Acordo de Cooperação Técnica para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária José Loureiro Botas.

**52.** Designação dos representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escola Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria



### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**1. Sr. João Carlos Gomes de Sousa** – abordou os seguintes assuntos:

Começou por distribuir a todos os Vereadores cópia dos 3 requerimentos datados de 02/10/2018, referindo que no final da reunião pretende saber qual o prazo legal para resposta aos mesmos.

Referiu que nenhum dos 7 Vereadores respondeu ao seu pedido de reunião. Será que não estão interessados? Ou não têm o seu contacto?

Disse que a informação que a Chefe de Divisão lhe deu, a ele e ao Sr. Vereador Carlos Caetano, está caducada há 8 anos. Tem a certeza do que afirma e também tem o parecer do advogado.

Questionou o seguinte: os fiscais da Câmara não vêm a tenda da igreja, colocada ao pé do Museu Joaquim Correia, com uma abertura para a rua? Está licenciada? É para continuar assim?

Por último queria que a Sr.ª Presidente lhe respondesse, em 15 dias, que é o prazo legal.

**2. Sr. Joaquim Andrade** – abordou sete assuntos, alguns dos quais não são novos, mas não pretende resposta, apenas alertar.

Enumera-se, resumidamente, a intervenção, cujo conteúdo integral consta do documento que entregou e que fica anexo à ata (**Anexo 1**):

- 1- Rua Bernardino Gomes – os carros circulam a alta velocidade e não há sinalética;
- 2- Lixo municipal em diversos locais e que não é retirado;
- 3- Cortes de braças de árvores – foram cortadas na Av.<sup>a</sup> Vítor Gallo, mas junto à Repsol não foram cortadas;
- 4- Espaço “Esculpir o Aço” (Futuro Museu dos Moldes) – não compreende por que razão a CMMG não encaminha as pessoas para o visitarem;
- 5- Acidentes junto ao cemitério – ainda não foram retirados os postes que impedem a circulação dos invisuais, e a rampa tem uma inclinação muito superior ao permitido e sem corrimão;
- 6- Ainda não foram retirados os pedaços de colunas metálicas que se partiram com a tempestade de fevereiro e que faziam parte da campanha eleitoral;
- 7- Resinagem – as placas indicativas do GAM e do NAC não são claras. Desde 2017 que chama a atenção para a falta de sinalética. Referiu ainda que enquanto voluntário no espaço “Esculpir o Aço”, já se registaram 3 casos em que foi maltratado, e dos quais pretende dar conhecimento pessoalmente à Sr.<sup>a</sup> Presidente.

**3. Sr. Vítor Jorge Rainho Leal** – pretende falar sobre os semáforos da Embra, junto ao Pingo Doce, e sobre o mau estado da Rua das Raízes, dois assuntos já aqui debatidos para para os quais lhe parece haver dificuldade em compreender a gravidade.

- 1- Há total desrespeito pelas passadeiras para peões por parte dos automobilistas, na Estrada da Embra, junto ao Pingo Doce. Também não respeitam as saídas do lado do Pingo Doce e do lado das Trutas, para entrar na estrada em horas de ponta. Quem pode resolver este problema e rapidamente? Já houve acidentes graves neste local e está na hora de a Câmara pôr um travão nesta situação.
- 2- Rua das Raízes – está um caos, e já informou a Câmara de um acidente que teve nesta rua com o seu carro. A rua é estreita, tem raízes, e não se pode circular com velocidade. É uma zona nova de construção, e quer saber o que a CMMG tem previsto para ali para solucionar este problema.
- 3- Rua Oficiais Vidreiros – tem dois sentidos, mas os moradores põem os carros na estrada e é difícil passar, e deste modo entende que não dá para ter os dois sentidos. Há 14 anos que o problema existe, mas é altura de a Câmara tomar medidas, talvez retirando os dois sentidos.

Terminou agradecendo agilidade na resolução destes três problemas aqui apresentados.

**A Sr.<sup>a</sup> Presidente respondeu o seguinte:**

- Sr. João Sousa – o Sr. fez a pergunta e deu a resposta: o prazo para responder são 15 dias. O que está em causa é que às vezes há dificuldade em responder em tempo útil e dentro do prazo legal, que se situa entre os 10 e os 15 dias, tendo em conta o pessoal de que a Câmara dispõe para as várias solicitações. Pede desculpa pelo facto, mas vai tentar agilizar e até reunir com o Sr. João Sousa e ver quais as soluções a apresentar, pois tem todo o interesse nisso.  
A Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu que efetivamente o Sr. João deixou um pedido para reunir com todos os Vereadores, mas gostaria de ter mais informações para essa reunião, para não estarem “em branco” e para isso gostaria de acertar alguns pormenores no intervalo desta reunião.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que na altura já tinha deixado a todos os Vereadores uma ideia do que era o projeto, pelo que assumiu a responsabilidade de marcar essa reunião, porque considera o projeto muito interessante. Disse ainda que nessa reunião até se poderá esclarecer a informação que mencionou, até porque a que tem é outra.

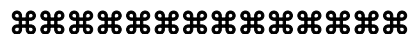
A **Sr.ª Presidente** referiu, relativamente às restantes propostas, que as vai analisar.

- Sr. Joaquim Andrade – uma vez que não pretende respostas mas apenas que seja feito, a Sr.ª Presidente irá combinar com o Sr. Andrade para que uma funcionária possa acompanhá-lo para verificar as situações que aponta. Informou que há um procedimento para poda de árvores em vários sítios, mas os serviços vão tentar ir antes resolver a situação da Rotunda do Vidreiro, porque é urgente. Sobre os restantes assuntos irá analisá-los. Os assuntos que são da área das competências delegadas também já foram anotados pelo Sr. Vereador, pelo que agradece toda a colaboração.

- Sr. Vítor Leal – a Sr.ª Presidente referiu que a passadeira está lá, e é uma questão de civismo e da responsabilidade de cada pessoa. Esta questão e a colocação de semáforos até já foi discutida com as Infraestruturas de Portugal, porque se trata de uma estrada nacional, para se ver qual a solução técnica a adotar, uma vez que não há espaço para uma mini-rotunda.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** completou a informação e disse que os serviços deram duas soluções, ele próprio também tinha avançado com uma solução, e já foram remetidas às Infraestruturas de Portugal, para negociação. As duas soluções técnicas dos serviços propõem a colocação de semáforos. Receia que se crie um entupimento de trânsito, embora uma delas, talvez a mais viável, preveja a criação de três vias, com cortes laterais nos estacionamento. A Câmara pode executar as alterações, mas tem que ter o aval das Infraestruturas de Portugal, por isso terá que se ver qual a solução escolhida para ser depois negociada, sabendo que qualquer que seja nunca será a ideal.

Rua das Raízes – o Sr. Vereador informou que não está ainda prevista qualquer intervenção, e que o que se previa era mexer englobando também a Rua dos Oleiros e a Rua da Aventura. No entanto, como esta rua está em tão mau estado, talvez se possa equacionar a possibilidade de juntar esta rua a outras e intervir antes, e então ver também a questão do estacionamento e dos dois sentidos, uma vez que há uma rua paralela, e assim poder-se-á subir uma e descer outra.



## PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Sr.ª Presidente** deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:

- Agradeceu as boas intervenções dos munícipes, sempre prementes e muito úteis para a melhoria do concelho.
- Pediu o ponto de situação do concurso das CAF's e das AAF's.

- Referiu que não houve resposta à proposta da CDU de criação de um Fundo de Apoio Municipal às vítimas do furacão Leslie.
- Perguntou qual a situação dos trabalhos de recolha dos danos do furacão, pois está preocupada, especialmente com a situação do Jardim Luís de Camões, que é visitado por muitas crianças, assim como com a situação da árvore da Rotunda do Vidreiro.
- Referiu que os Vereadores receberam um e-mail de um comerciante de S. Pedro, que se lamenta por uma multa que recebeu. Sabe que a responsabilidade não é da Câmara, mas entende que deve haver algum cuidado porque se trata de um comerciante antigo e todos sabem como está o turismo. Sabe que o comerciante em causa já falou com este executivo, assim como com o anterior, pelo que deixou o apelo para que a Câmara faça o que for possível por este comerciante.

**A Sr.ª Vereadora Mêlina Mira cumprimentou todos os presentes e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

*“1) Questiono se já foi feita a Atualização do Regulamento de Funcionamento e Gestão dos Refeitórios Escolares dos Jardins de Infância e 1ª Ciclo, incorporando as diretrizes constantes no Despacho 10.919 de 5 de dezembro 2017.*

*O presente despacho produziu efeitos no dia seguinte à sua publicação, portanto a partir do dia 6 de dezembro de 2017, e estando quase a fazer 1 ano que este despacho vigora pretendo saber se já foi considerado para os refeitórios escolares pela Câmara Municipal, tendo esta a responsabilidade pelo Município?*

*Questiono este ponto porque a informação que tenho é que ainda não foi considerado, e apesar de não ser jurista, sou mãe, encarregada de educação, tia, madrinha, e a ser verdade vou ter que ficar bastante preocupada!*

*Portanto, e a confirmar-se que ainda não feita esta atualização, venho propor que:*  
*- Se atualize o referido Regulamento, para que Associações Representativas passem a constar no referido Regulamento com as competências e orientações referidas no citado Despacho, e se passe no imediato a acompanhar com a urgência devida, a fiscalização dos Refeitórios Escolares dos Jardins de Infância e 1ª Ciclo.*

*2) Quero ainda informar todos os munícipes que na próxima 4ª feira estaremos novamente aqui reunidos, pelas 9h30, mas para MAIS UMA reunião extraordinária. Desta vez para discutir 3 pontos que estão em agenda, sendo um deles o orçamento para 2019, mas à porta fechada, sem a possibilidade de assistência do público nem acompanhamento da reunião mais tarde uma vez que não será transmitida.*

*Srs munícipes, tínhamos nós, vereadores, acabado de receber documentação para analisar e trabalhar para esta reunião de hoje, e já estávamos a ser convocados para uma extraordinária !!!*

*Quero questionar a sra Presidente porque não incluiu os pontos da agenda da reunião extraordinária da próxima 4ª feira para a reunião de hoje, de caráter ordinário?*

*Não é importante que todos os munícipes possam acompanhar, tal como hoje, estes assuntos?*

*Não são do interesse de todos?*

*É que nos últimos meses o que mais tem havido são reuniões extraordinárias Sra Presidente!”*



**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:**

- Agradeceu a presença dos munícipes.
- Ao Sr. João Sousa voltou a manifestar a sua disponibilidade, e disse que ele tem razão no que se refere às respostas fora de tempo, por isso apelou a que se arranje tempo para responder dentro dos prazos.
- O Sr. Andrade é um dos munícipes que mais intervém, e nesta altura já nem pede respostas, apenas que se resolvam os problemas.
- O Sr. Vítor Leal queixa-se das ruas em mau estado. Infelizmente o concelho está cheio delas. Os munícipes são informados que se vai resolver, só não se sabe quando.

**Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:**

#### **“1. MUNÍCIPES**

*É nosso dever questionar sobre problemas que os munícipes nos dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para lhes dar conhecimento.*

*1.1.A Rua das Cavadas, fica antes da Estrada de Picassinós, no início da descida para Albergaria. É uma estrada com passagem de centenas de camiões diariamente com arbustos e até os ramos duma figueira praticamente dentro da estrada. São os camiões que vão cortando os ramos. No entanto não é possível passar nos passeios porque estes estão ocupados e também se torna escorregadio com os figos no chão. Já aqui falei várias vezes sobre este assunto, sugiro que tomem providências.*

*1.2.Ainda em S. Pedro, o Rosis Pub.  
O que se passa? Recordo que eu e a Sra Presidente, ainda como vereadora, estivemos no local e ficou definido que a camara iria proceder a alterações para que o Rosis fizesse obras. A Câmara não fez as alterações, logo a Rosis também não, mas a camara agora envia-lhe uma coima de 4.000€. A câmara não se comporta como pessoa de bem.*

*1.3.Outra vez S. Pedro. Um munícipe alertou enviando foto dos contentores do lixo que estão no Vale do Ribeiro, dizendo que deixaram de ser zelados como eram antes, e estão a transbordar de lixo, porque não são limpos há pelo menos um mês.  
Afinal o que se passa?*

*1.4.Saída da Escola Nery Capucho.  
O munícipe Sr. João Silva, desde o início do ano letivo do ano passado que vem alertando para o problema da entrada e saída da escola, sobretudo às horas de ponta. Os lugares para estacionar são poucos, os pais param em segunda fila e fica um caos para largar ou apanhar o filho. Quando chove o problema agudiza-se.  
O munícipe em dezembro fez uma sugestão e em Janeiro do gabinete da Sra Presidente responderam que “No momento está a ser preparado o projeto para consolidação de área pedonal nas duas faixas identificadas e que ligam a Rua Fernando Pessoa à Rua Cidade do Fundão, assim como novo ordenamento dos lugares de estacionamento junto da Escola, criando uma faixa exclusiva de largada/recolha de passageiros, considerando que o estacionamento permanente (procurado sobretudo por Professores e Pessoal auxiliar da EB Nery Capucho) poderá ser feito nas ruas adjacentes”*

*Agora que temos o novo ano letivo, o munícipe vem dizer que “pior que a inoperância é o silêncio” e afirma que “É UMA VERGONHA que de há um ano para cá não tenham tido tempo nem vontade de resolver o problema. Quando chove, a área pedonal que referem está cheia de poças de água, lama e porcaria de cão.”*

*Sra presidente, Sr vereador Caetano onde está o projeto desta área pedonal que disseram ao munícipe em Janeiro, estar a ser feito.*

*1.5. Ainda nesta Rua Cidade do Fundão, a munícipe Sra. Tânia Lagoa, enviou um mail para todos nós, com fotos, referindo que existe um problema de saúde publica nesta rua, com uma lixeira a céu aberto com dejetos e dezenas de lâmpadas partidas no chão, restos de comida, de lixo, ratos. Refere que esta imundice na rua é um risco grave para a saúde de quem ali mora ou passa, lembrando que há crianças a ir para a escola por ali.*

*A munícipe sugere que se solucione o problema, ou que retirem os contentores do lixo e os ecopontos da frente das suas casas.*

*Dado que este mail chegou há um mês, gostaria de saber que medidas foram tomadas.*

#### *1.6. Furacão Leslie*

*Tivemos conhecimento que um ministro visitou o nosso concelho para se inteirar dos estragos registados com o furacão Leslie. Assumiu então que o governo iria ajudar as empresas e os privados nos prejuízos “que preencherem as condições de qualificação”. Gostaria de solicitar à Sra Presidente, que acompanhou o Sr. Ministro, que nos informasse que condições são estas e quais as pessoas e empresas que serão ajudadas e as que não serão. Recordo que foi dito na Vieira que estão a ser mobilizados apoios como “programas próprios da agricultura”. Será este programa que vai ajudar os lesados do nosso concelho, nos quais, a generalidade dos danos não são agrícolas?*

*Tenho conhecimento de algumas pessoas e empresas, sobretudo na restauração, que pretendem avançar com a reparação dos estragos e querem saber que apoio é esse.*

*E o executivo permanente de que modo está a pensar ajudar estas pessoas?*

#### *1.7. Teatro Stephens*

*Fomos abordados por um munícipe que continua indignado pela forma de adquirir bilhetes para os espetáculos no Teatro Stephens. Conta que quando cá veio o Pedro Tochas, algumas semanas antes, por diversas vezes, recorreu ao Teatro Stephens para adquirir ou reservar bilhetes, ao que lhe diziam “ainda não sabemos”. No domingo anterior ao espetáculo de quinta-feira, voltou e disseram-lhe que “já não havia bilhetes, que devia ter passado antes porque estes espetáculos esgotam logo”. O munícipe diz que no dia do espetáculo foi verificar quem eram os espetadores e concluiu que “eram funcionários públicos e familiares, para além de personalidades convidadas”.*

*Esta situação não é inédita, e leva-nos a questionar porque não conseguem resolver a questão dos bilhetes, sobretudo proporcionar a aquisição on-line.*

*Ainda sobre o Teatro Stephens, foi noticiado esta semana que em 4 anos o nr de espetadores foi apenas cerca de 21.000. É evidente que a grande maioria dos marinhenses, nunca ali entrou.*

*Que estratégia, ou o que fez, ou está a fazer, a Sra Presidente e a vereadora da Cultura, para dar utilização a esta sala de espetáculos.*

## **2. ASSUNTOS DIVERSOS**

### *2.1. Uma vez mais o Pav 3 da FAE.*

*Já perdi a conta às vezes que aqui falei deste pavilhão, das obras intermináveis e da falta de manutenção por parte da autarquia.*

*Continuamos a ter no telhado placas de acrílico soltas, com a chuva ali a entrar, vai molhar o piso, deixando aquela canto impraticável ou então colocando os atletas em perigo. Para além de que com o vento deste fim de semana, as placas soltas batem nas que estão fixas fazendo barulho e perturbando quem ali está a treinar ou a jogar.*

*Para além disso temos há anos as placas de lâ de vidro do teto, penduradas, deixando cair pó de lâ de vidro e apresentando um aspeto digno dum espaço desabitado.*

*Sra presidente, sra vereadora do desporto Célia, sr vereador das obras Caetano, agora temos ali jogos oficiais, para além dos nossos atletas vamos ter visitantes, como já aconteceu neste fim de semana, que impressão levam dos nossos pavilhões municipais e desta câmara?*

*Proponho que muito rapidamente se resolva este problema, necessitam apenas duma plataforma elevatória e de alguém que vá lá acima apertar uns parafusos.*

*2.2. Tivemos conhecimento que o Sporting Clube Marinhense teve, há meses reuniões com o executivo permanente onde foram discutidos assuntos muito importantes para a vida do clube: novas infraestruturas, apoio de reconhecimento da época passada, compensação pela utilização de infraestruturas próprias, etc.*

*Ficaram de analisar e responder, o que ainda não aconteceu. Qual a situação?*

### *2.3. Passeio em mau estado*

*O passeio na Avenida José Vareda, na esquina da pastelaria Império da Marinha com o BPI, junto aos semáforos, está em mau estado e uma senhora caiu nos buracos por falta de paralelos.*

*Sugiro que se arranje este passeio com urgência, dado ser utilizado por muitas pessoas, incluindo invisuais."*

**A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e referiu o seguinte:**

- Sr. João Sousa – referiu que tem uma forma incisiva de pôr as questões, e aconselhou-o a tomar atenção ao que aqui se diz, porque na altura se disponibilizou logo para reunir. Uma vez que era com todos os Vereadores esperava que a Sr.<sup>a</sup> Presidente coordenasse essa reunião, de modo a que fosse uma reunião produtiva. Esperava que fosse desta forma, pelo que reiterou a sua disponibilidade e ficará a aguardar a marcação da reunião.
- Sr. Andrade e Sr. Vítor – trazem questões que devem merecer a atenção do executivo.
- Perguntas:
  - ⇒ Travessa do Passal – como o Sr. Vereador disse trata-se apenas de colocar alcatrão, por isso questiona: como está a situação?
  - ⇒ Acesso à SOREP – como está? Já há solução?
  - ⇒ Sevlaires – já houve resposta? Em que sentido?
  - ⇒ CAF's – já foram adjudicadas? Quanto se vai pagar á hora?
  - ⇒ Jogos no PME – desde a última reunião o que já foi feito?
  - ⇒ Pedidos da SIR 1.º Maio para o Pavilhão Nery Capucho – qual a resposta?
  - ⇒ Obras da Resinagem – o que já foi corrigido? A situação vai de mal a pior. A Câmara já reclamou? Está dentro da garantia? O que já foi feito e qual a resposta das Construções Lena a essa reclamação?
  - ⇒ Árvores caídas em S. Pedro – o que já foi feito em relação às árvores e braços caídas? O parque infantil do Bambi é um perigo. Os munícipes sentem abandono. Nada mexe.

- ⇒ Lixo – o Sr. Vereador Aurélio também já falou desta situação. Os munícipes queixaram-se à Câmara mas nada aconteceu.
- ⇒ Comerciante de S. Pedro – considera que a situação é lamentável. O munícipe dirige-se à Câmara a expor a situação, o estabelecimento é de interesse turístico para o concelho, tem mais de 40 anos, não tem tido queixas, e o que é que a Câmara faz? Respondeu-lhe? Sim, fez-lhe uma carta, com 4 linhas, onde até se diz que o processo já foi para o Tribunal para cobrança da coima e das custas. Como é que o executivo quer ajudar o turismo de S. Pedro?
- ⇒ Mercado da Vieira – no armazém da Câmara os funcionários não têm água quente para os banhos desde o incêndio de outubro de 2017. É lamentável o que se assiste naquele local há um ano. O barracão está na eminência de cair e os funcionários têm medo de o utilizar.
- ⇒ Fundo de Emergência Municipal – a CDU apresentou uma proposta e considera que é importante que a Câmara disponibilize uma verba às pessoas afetadas. Uma autarquia amiga dos munícipes, que se preocupe verdadeiramente, não só em palavras, toma medidas. Quer saber a posição concreta sobre esta proposta e como a Sr.ª Presidente pensa ajudar as pessoas.

**Terminadas as intervenções dos Srs. Vereadores, a Sr.ª Presidente deu a palavra à Sr.ª Vereadora Célia Guerra, que depois de cumprimentar todos os presentes respondeu o seguinte:**

- CAF's – o relatório final foi para a plataforma no dia 25 de outubro, agora decorre um período de 10 dias e só depois se sabe a quem vai ser adjudicado o serviço, mas já há uma seriação.
- Alimentação – a abertura de propostas será dia 5 de novembro.
- Revisão do regulamento dos refeitórios – a permissão para os pais acompanharem as refeições e visitarem alguma cantina, apesar de não estar ainda no regulamento, tem vindo a ser autorizada. Não foi ainda feita a atualização porque se quer alterar a gestão e funcionamento dos refeitórios com a plataforma Educa, e então será feita. A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** lembrou que na escola da Várzea, na apresentação, foi dito que não era permitido. A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** informou que aquilo que acontecia era que alguns avós queriam ir acompanhar as refeições. Quando as Associações de Pais pedem a Câmara autoriza e vão todos visitar. A **Sr.ª Vereadora Mêlina Mira** perguntou, uma vez que a plataforma é da CIMRL, se será necessário esperar até 2021? A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que não, porque a plataforma tem muitas valências e vão sendo implementadas gradualmente.
- Bilhética – a Sr.ª Vereadora referiu que tem de se avançar porque é uma prioridade, e espera avançar brevemente.
- Dinamização – foram dadas instruções para que se diversifiquem os espetáculos, para abranger mais pessoas. Também está a ser feita maior divulgação.
- SCM – pretende trazer o apoio à reunião mas falta ainda um relatório, que não sabe se já entregaram. O clube reformulou a candidatura, que já foi entregue por três vezes.
- Moitense – a barreira foi colocada, as marcações foram feitas e os pilares foram forrados, embora de forma caseira, enquanto se espera pela empresa que o irá fazer.

- Pavilhão Nery – algumas das questões da SIR 1.º de Maio já foram respondidas: os painéis para informações e o marcador já foi requisitado. Está previsto colocar um frigorífico no bar, mas não é para fazer refeições, porque o edifício não tem exaustão.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente deu a palavra ao Sr. Vereador Carlos Caetano, que respondeu o seguinte:**

- Lixo na Rua Cidade do Fundão – está a ser reconvertida a recolha do lixo nesta zona, com a instalação de molokes (contentores enterrados), para evitar que o lixo se espalhe. Os de reciclagem também vão ser substituídos e reforçados pela Valorlis nas zonas mais populosas.
- Saída da Escola Nery Capucho – continua o problema. No início do ano letivo tinha-se pensado na reconversão do local. A solução está encontrada, falta agora implementá-la. Deixou o seu compromisso para a implementar, arriscando até que se possa vir a fazer até ao fim do ano.
- Contentores do Vale do Ribeiro, S. Pedro – não viu mas sabe do que se trata. Esses contentores servem para dar apoio ao Parque de Merendas, mas as pessoas estão a utilizá-los para o lixo doméstico. Como os contentores davam apoio ao Parque de Merendas eram despejados pela Junta de Freguesia. Quando começaram a ser utilizados pelos moradores, os funcionários da Junta recusavam-se a despeja-los, e os carros não entravam na rua, e por isso foram retirados e as pessoas reclamaram. Talvez a solução seja pôr apenas papeleiras de pequena dimensão, até porque há contentores para o lixo doméstico noutros locais.

A **Sr.ª Presidente** lembrou que esta questão já veio à reunião, porque os moradores se queixaram que no verão não tinham contentores e as pessoas eram mais, e por isso foi pedido aos funcionários da Câmara para fazerem um reforço de contentores e falarem com a Sr.ª Presidente da Junta para também se reforçar o pessoal para a recolha, porque os carros não cabem naquela rua.

- Pavilhão 3 da FAE – o Sr. Vereador referiu que a questão da cobertura já se arrasta há muito tempo e informou que se está a programar uma intervenção de emergência, porque o furacão causou danos na cobertura mas também numa parede do pavilhão 2. Sobre a transformação do pavilhão disse que há algumas ideias, que gostava de discutir com todos os Srs. Vereadores, para se intervir numa segunda fase.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** referiu que quando se falou do furacão parecia que não havia grandes danos, que se vieram a verificar só agora.

- Travessa do Passal – o Sr. Vereador reconheceu que a situação não está resolvida mas rapidamente lá irá.
- SOREP – já tem uma solução que vai ser implementada.
- Sevlaires – vai ver e depois informará.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** indignou-se pelo facto de há 15 dias já ter feito esta pergunta e o Sr. Vereador ainda não ter resposta para lhe dar.

- Estaleiros da Câmara na Vieira – o Sr. Vereador referiu que a zona dos balneários foi a mais afetada com os incêndios, porque já antes estava em mau estado e depois ficou ainda pior. Na sua opinião não tem reparação. Como se deseja que as pessoas tenham condições dignas, já foram feitos contactos para a instalação de módulos para os banhos e colocação de ferramentas, a acontecer nas próximas semanas. Depois irá construir-se de raiz e renovar completamente o espaço.

- Comerciante de S. Pedro – trata-se de uma situação de ruído e queixas de vizinhos. Falou com a proprietária, percebeu que houve um compromisso do anterior executivo em criar condições para que os três estabelecimentos pudessem depois criar antecâmaras para minimizar o ruído. Mas o que se passou foi que havia queixas e a Câmara foi intimada pelo Tribunal Administrativo para aplicar a coima, o que foi feito pelo mínimo. O que se passa é que continuam as queixas de dois vizinhos, que quase diariamente fazem queixas e a GNR fez os autos. A Câmara tentou reverter a situação, para minimizar ao máximo os danos para todas as partes, mas tem sido difícil conciliar os vários interesses enquanto não se fazem as obras. A Câmara está a tentar por todos os meios que a situação perdure, mas ao mesmo tempo há as queixas e o pedido da Provedoria de Justiça.

A **Sr.ª Vereadora Mêlina Mira** perguntou se não há um *timing* para a Câmara fazer essas obras.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** respondeu que aquilo que ficou combinado, e já vem do executivo anterior, é fazer uma plataforma que vem logo desde a parede e que se prolongue pela esplanada, criando condições para os donos dos estabelecimentos fazerem as antecâmaras.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que essa explicação é a que o Sr. Vereador tem mas não lhe parece que seja assim.

O **Sr. Vereador** confirmou que esta é a situação e a pressão a que a Câmara tem sido sujeita pelo Tribunal Administrativo e Fiscal e até pela Provedoria.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira e a Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** recordaram que o compromisso da Câmara é de 2016, do executivo de que também faziam parte, e por isso entendem que a Câmara também tem responsabilidade.

Sobre este assunto seguiu-se uma discussão entre todos os **Srs. Vereadores**, tendo a **Sr.ª Presidente** informado que vai analisar novamente o processo.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente respondeu o seguinte:**

- Rua das Cavadas – o Sr. Vereador tomou nota e vai pedir aos serviços para irem verificar. Também já enviou agora uma mensagem aos serviços nesse sentido, e a Proteção Civil já respondeu que está a tentar resolver.
  - Furação Leslie – parece-lhe que foram as questões que ficaram por responder. A **Sr.ª Vereadora Lara** disse que já se passaram 15 dias, é verdade, mas é pouco tempo para resolver todas as situações. Foram criadas brigadas, o CDOS disponibilizou mais cinco pessoas para ajudar nas árvores caídas, que já foram retiradas. A árvore caída na Rotunda do Atrium ainda não foi possível retirar porque as raízes estão a envolver cabos elétricos e tubos de água, e têm que se coordenar vários serviços. Os danos do Jardim Luís de Camões também vão ser reparados, mas os procedimentos para os concursos são demorados.
  - Reunião de Câmara extraordinária – vai-se realizar porque só naquela data foi possível disponibilizar os documentos aos Srs. Vereadores.
  - Parque infantil do Bambi – já há uma requisição e vão ser contratados serviços de uma empresa para corte de braças e limpeza do espaço, porque a Câmara não tem condições para o fazer com os meios de que dispõe. Assim, tem que se contratar uma empresa que só para a próxima semana poderá começar.
- A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que queria ver essa requisição.
- A **Sr.ª Presidente** disse que vai dar essa informação e até dirá qual é a empresa.
- Resinagem – é uma situação que a preocupa, vai fazer o levantamento de todo o processo, porque o relatório aponta para a responsabilidade de todas as partes, empreiteiro e até a própria Câmara, e por isso há que tomar medidas.

- Limpeza das ruas em S. Pedro – houve divisão das pessoas por brigadas de limpeza. Umas foram para a Vieira, e contaram com a colaboração da Junta de Freguesia, e outras, com a colaboração da Junta de Freguesia da Marinha, foram para S. Pedro.
- Ajuda aos particulares – a Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu que tem que se viver de ações, mas têm que ser fundamentadas dentro da legalidade e a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Alexandra é da área e sabe. Vontade há muita, mas às vezes a possibilidade não se compagina com a lei. Nessa reunião trouxe aqui uma proposta para a isenção de taxas, porque se insere dentro das competências da Câmara. Naquilo que não é da competência da Câmara tem que pedir um parecer, e também enviou para a CCDR, para a eventualidade de se poderem vir a apoiar os particulares, tal como aconteceu com os incêndios.
- Resolução do Conselho de Ministros, publicada no DR n.º 206, de 25 de outubro – refere o que a Administração pode apoiar, e não consubstancia nenhum apoio a particulares. Depois disto houve uma reunião na CCDR, onde esteve o Sr. Vice-Presidente, e que serviu para alertar para ver o que é possível nesta área. A CMMG tem um apoio do Fundo de Emergência Municipal para infraestruturas escolares. As empresas só têm a possibilidade de recorrer a crédito específico, com aval do Estado. E é só este apoio.  
Internamente já pediu um parecer sobre a possibilidade de apoiar os particulares, mas de imediato não pode assumir qualquer deliberação (artigo 59.º, n.º 2 do RJAL). A Câmara não se pode substituir às companhias de seguros, o que inviabiliza a possibilidade de poder prestar aos seus munícipes o apoio que gostaria.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, a **Sr.<sup>a</sup> Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, das 16:40 horas às 17:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

### **ORDEM DO DIA**

#### **CÂMARA**

##### **1. Aprovação da ata n.º 34, da reunião ordinária do dia 16 de outubro de 2018**

967 - Presente a ata n.º 34, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 16 de outubro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **2. Aprovação da ata n.º 35, da reunião extraordinária do dia 18 de outubro de 2018**

968 - Presente a ata n.º 35, da reunião extraordinária da Câmara Municipal realizada no dia 18 de outubro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

## **3. Criação de Gabinete de Apoio ao Emigrante - Celebração de Protocolo de Cooperação com a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas**

969 - Presente a informação nº I/1650/2018 de 22 de junho, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Área de Relações Externas e Cooperação, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata, em que se refere que, de acordo com o Alto Comissariado para as Migrações, Portugal continua a ser um dos países da União Europeia com mais emigrantes por comparação com a sua população residente.

Estima-se assim que o número de emigrantes portugueses supere os dois milhões, o que significa que mais de 20% dos portugueses vive fora do nosso país.

Portugal, a exemplo das sociedades ocidentais mais desenvolvidas, vive hoje um acentuado declínio demográfico que resulta de um envelhecimento global da população a que acresce uma baixa taxa de natalidade, com consequências muito sérias a médio prazo.

Estima-se, a médio prazo, a não surgirem e a não serem implementadas políticas públicas que respondam com rapidez a este problema, uma redução da população portuguesa em números significativos, cujas consequências serão claramente visíveis ao nível da sustentabilidade do sistema de segurança social, acrescido da redução da capacidade do país de responder de forma adequada aos desafios que hoje se lhe colocam em matéria de desenvolvimento económico e tecnológico, de competitividade e de manutenção da sua influência internacional.

Às entidades públicas cabe a responsabilidade de propor e colocar em prática medidas que contrariem ou procurem reverter a situação descrita, como a orientação geral expressa pelo Governo Português, traduzida no Plano Estratégico para as Migrações (2015-2020) que tem, como objetivo central, estimular o regresso dos emigrantes portugueses e o reforço dos laços de afetividade com o País, enquadrado por medidas de apoio e acompanhamento desse retorno.

Em face deste desígnio, também às autarquias, em particular às Câmaras Municipais, cabe um papel fundamental em todo este processo de retorno da comunidade emigrante a Portugal.

Tal como é descrito no documento de protocolo de cooperação proposto, cabe ao Município adotar, em articulação com os serviços da administração central do Estado, em particular o Ministério dos Negócios Estrangeiros, políticas ativas de atração e de integração desta comunidade, agilizando procedimentos e criando as estruturas adequadas que permitam uma grande rapidez e conforto na resolução destes processos.



A Marinha Grande foi sempre, ao longo da sua história, um pólo de atração para pessoas que, oriundas de outras regiões do país e do estrangeiro, aqui se estabeleceram e ajudaram a estabelecer uma identidade única e distintiva, a fazer desta comunidade aquilo que ela é hoje, tornando-a próspera, diversa e cosmopolita.

Apesar de não ser tida, atualmente, como uma das principais fontes de emigração é, contudo, deficitária em termos de quadros preparados em face da enorme procura de recursos humanos qualificados para a indústria de moldes e de plásticos.

Apesar desta indústria se basear, tendencialmente, em tecnologias que, de alguma maneira, dispensam ou facilitam a intervenção humana, não deixa, ainda assim, de carecer de pessoas com as mais altas qualificações académicas que lhe permitam responder e manter-se atualizada face às exigências e rigor dos mercados onde atua.

Importa, pois, atrair e fixar, também, profissionais, quadros altamente qualificados e talentos portugueses emigrados, ou até mesmo os novos cidadãos portugueses luso-descendentes, cuja valorização académica e profissional adquirida no estrangeiro possa constituir uma mais-valia para os próprios, para o país e, em última análise, para o Município.

Também o futuro do Município, não sendo imune ao processo de envelhecimento da população que afeta todo o País, depende do seu rejuvenescimento, capacidade de atração e capacidade de sucessão nas empresas que assegure as elevadas taxas de crescimento económico e o posicionamento que tem mantido ao longo dos anos na liderança da atividade económica e das exportações na região.

Acresce ainda, a este aspeto, todo o potencial económico e científico instalado, além das oportunidades que se oferecem aos emigrantes que, escolhendo a Marinha Grande, aqui podem realizar investimentos, empreender, produzir investigação em diversos domínios científicos e gerar riqueza.

É neste sentido que, analisado o protocolo de cooperação proposto e os objetivos que o conformam, é proposta a formalização de um protocolo de cooperação a celebrar entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e o Município da Marinha Grande, para criação de um Gabinete de Apoio ao Emigrante.

**A Câmara Municipal apreciou a informação supra referida e, reconhecendo a relevância da existência de um Gabinete de Apoio ao Emigrante na Marinha Grande, enquanto instrumento de atração, apoio e fixação no Concelho, de quadros técnicos portugueses bem preparados, em face da escassez crescente de recursos humanos, altamente qualificados que se verifica, em geral, nas indústrias que caracterizam o tecido económico da Marinha Grande e, por outro lado, enquanto medida de estímulo ao rejuvenescimento da sociedade marinhense, que não é imune ao fenómeno de envelhecimento da população que se tem vindo a verificar nos últimos anos em Portugal, delibera, ao abrigo da atribuição conferida pelo art.º 23.º, n.º 2, alíneas h) e m) e da competência conferida pelo art.º 33.º n.º 1 alínea r) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, celebrar um protocolo de cooperação com a Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, com vista à criação de um Gabinete de Apoio ao Emigrante, nos termos e condições constantes da respetiva minuta, que se aprova e fica anexa à ata (Anexo 2).**

**Esta deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.**

## **FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO**

### **4. Resumo de Tesouraria do dia 23 de outubro de 2018**

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia vinte e três de outubro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **15.489.549,42€** (quinze milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil, quinhentos e quarenta e nove euros e quarenta e dois cêntimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

### **5. Pedido de Substituição de quantias retidas na empreitada “Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande” – Concurso Público n.º 16/2017**

970 - Presente carta do adjudicatário da obra em epígrafe, VALEIXA – Construção Civil, Lda., através da qual solicita a substituição das quantias retidas aquando dos pagamentos por garantias autónomas emitidas pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., registada com o n.º E/9097/2018 de 01/10/2018, e informação n.º 57SAB/2018 de 10/10/2018 da Área das Finanças.

**A Câmara Municipal apreciou a referida informação e face à mesma, delibera de acordo com o n.º 2 do art.º 353º do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, aceitar as garantias autónomas apresentadas e emitidas pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., e restituir a importância de 21.510,22 euros ao adjudicatário VALEIXA – Construção Civil, Lda., retidos através das guias indicadas no mapa que consta da informação n.º 57SAB/2018 de 10 de outubro de 2018.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS**

### **6. Isenção do pagamento de taxas**

971 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

**O Clube Desportivo Moitense**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

-Licença especial de ruído para concerto e festa temática de Halloween a realizar no dia 31-10-2018;

Presente a informação n.º 70/AF de 24 de outubro de 2018, fundamentada de facto e de direito nos termos do n.º 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

**Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Clube Desportivo Moitense do pagamento das taxas devidas pela emissão da licença de ruído.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS**

### **7. P.A. N.º 85/2018-AP/DISU – “Serviços de vigilância dos estaleiros municipais” - Ratificação do despacho n.º 462/CF/DAF/2018 de 19 de Outubro.**

972 - Presente o despacho n.º 462/CF/DAF/2018, datado de 19 de Outubro, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

*“Considerando que em reunião camarária de 17 de Setembro de 2018, foi deliberada a adjudicação dos **“Serviços de vigilância dos estaleiros municipais”, para o período de 36 meses**, à proposta apresentada pelo concorrente 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA, pelo valor global de 172.659,60€ (cento e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e notificada a respetiva adjudicação.*

*Considerando que nos termos do meu despacho n.º 422 - CF/DFTI/2018, datado de 26/09/2018, ratificado em reunião de Câmara Municipal de 01/10/2018, foi concedida audiência prévia ao adjudicatário 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA, para até 28/09/2018 se pronunciar, por escrito, sobre a intenção de declaração de caducidade da adjudicação dos “Serviços de vigilância dos estaleiros municipais”, para o período de 36 meses, no âmbito do processo de aquisição n.º 85/2018 – AP/DISU.*

*Considerando que o adjudicatário 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA a 27-9-2018 informou: “A n/ empresa colocou um processo especial de revitalização, cujo despacho de aprovação segue em anexo. Está a decorrer o prazo de negociações, tendo já obtido acordo tácito com as principais entidades, seguindo dentro de breve a proposta final para o Tribunal competente. É pois provável que nesta fase as certidões (que estão a terminar) já não sejam reconhecidas, pela suspensão imposta pelo PER. Em n/ entender as mesmas mantêm-se até à conclusão do PER, data a partir do qual serão substituídas. Por outro lado não respondemos de imediato, já que por motivos profissionais estivemos ausentes durante 3 dias, situação para a qual solicitamos relevação”*

*Considerando que perante a pronúncia do adjudicatário, procedeu-se a 28/9/2018 ao seguinte pedido de esclarecimento:*

*“Tendo em conta que não é possível celebrar contratos públicos com entidades que não tenham a sua situação tributária regularizada, de acordo com a alínea a), do artigo 177.º-B, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, e tendo em conta que:*

- 1. A certidão apresentada, que refere ter sido emitida pela Autoridade Tributária em 18 de julho de 2018, contém um código de validação.*
- 2. Inserido o código de validação, constata-se que este respeita a uma certidão anterior, emitida pela Autoridade Tributária em 12 de junho de 2018.*
- 3. Não foi apresentado qualquer documento, emitido pela Autoridade Tributária, que comprove que o adjudicatário não se encontra na situação prevista na alínea e), do n.º 1, do artigo 55.º, do Código dos Contratos Públicos.*
- 4. O despacho emitido no âmbito do Processo n.º 4772/18.8T8CBR não substitui o documento referido no n.º anterior.*

*devem V. Ex.ªs responder às seguintes questões:*

- i) O código de validação da certidão da Autoridade Tributária apresenta como resultado a situação tributária não regularizada da empresa 365 - Segurança Privada, Lda.?*
  - ii) O código de validação da certidão da Autoridade Tributária apresenta como resultado uma data anterior à data que consta da certidão apresentada pela empresa 365 - Segurança Privada, Lda.?*
  - iii) A empresa 365 - Segurança Privada, Lda. tem a sua situação tributária regularizada?*
- Fixa-se como data limite de resposta as 13.00 horas do dia 3 de outubro de 2018.”*

*Considerando que o adjudicatário 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA, na sequência de esclarecimento solicitados, a 3-10-2018 informou:*

*“Requeremos um Processo Especial de Revitalização, conforme documento em poder de V.Ex.ªs. A nossa certidão não dívida à AT caducou entretanto. Decorrente do PER em assunto, e até ao final da sua tramitação, prevista para o corrente mês, torna-se necessária a intervenção dos Serviços de Gestão dos Créditos Tributários. Já a solicitámos, mas ainda a não recebemos. Anexamos comprovativos do correio enviado, e aguardamos a receção da mesma a todo o momento.*

*Assumimos o compromisso de a entregar, logo que recebida.”*

*Considerando que as respostas, do adjudicatário às questões colocadas pela entidade adjudicante, não são suscetíveis de impedir a declaração de caducidade da adjudicação, por em sede do n.º 3 do artigo 16.º do programa de procedimento, estar preceituado que ao adjudicatário era concedido o prazo de 3 dias úteis para este suprir as irregularidades detetadas nos documentos de habilitação e que na sequência dos esclarecimentos prestados pelo adjudicatário não foram entregues os documentos em falta, pelo que não foram aduzidos novos elementos que permitam alterar o sentido da decisão de intenção de declaração de caducidade da adjudicação.*

*Considerando que a adjudicação deveria recair sobre a proposta apresentada no lugar imediatamente subsequente, conforme o estabelecido no n.º 4 do artigo 86º, do CCP, conceito que não se aplica no presente procedimento, por só ter sido admitida a proposta da empresa 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA.*

*Considerando a urgência na abertura de novo procedimento de contratação pública que garanta os serviços de vigilância dos estaleiros municipais e desse modo a salvaguarda dos bens e equipamentos públicos.*

*Considerando que é legalmente admissível a emissão do presente despacho, que deve ser ratificado na próxima reunião da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.*

*Assim, nos termos do artigo 86º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do Município da Marinha Grande, no exercício de competência prevista no artigo 35º n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, declaro a caducidade da adjudicação dos “Serviços de vigilância dos estaleiros municipais”, para o período de 36 meses, objeto de deliberação camarária de 17/09/2018, no âmbito do processo de aquisição n.º 85/2018 – AP/DISU.”*

**A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho n.º 462/CF/DAF/2018 de 19 de Outubro da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**8. P.A. N.º 105/2018-AP/DISU – “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal” - Abertura de procedimento de contratação pública.**

973 - Presentes as informações n.º TF 24.2018, TF 24A.2018 e TF 27.2018, da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, nas quais se manifesta a necessidade de se proceder à contratação do “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”.

Presente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas, Anexos e minuta do anúncio.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento de contratação pública é de 1.411.737,22 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar, o que determina a adoção do procedimento de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e artigo 20.º, n.º 1, alínea a), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2018 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2019 e 2020 para a contratação do “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”, nas classificações orgânica/económica 0103/020201 e 0103/06020399, ações do PAM 2018/A/7 e 2018/A/193.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 28/09/2018, deliberou conceder autorização prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais relativos ao “Fornecimento de energia elétrica em média tensão, baixa tensão especial e baixa tensão normal”, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, na sua redação atual, nos termos constantes da deliberação anexa ao processo.

Assim, a Câmara Municipal, considerando as informações prestadas pela Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, referidas nos parágrafos anteriores, e concordando com a proposta do mesmo serviço, que se dá por reproduzida e que fica anexa à presente deliberação, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) e o artigo 22º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adotar o procedimento de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas, Anexos e a Minuta do Anúncio;
- e) Determinar que a adjudicação seja por lotes de forma parcial e/ou parcelar, nos termos do art.º 46.º-A, n.º 1 do CCP o que o critério de adjudicação utilizado seja o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo, de acordo com o artigo 74.º, n.º 1, alínea b), do CCP;
- f) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
  - Telmo Faria, Presidente;
  - Carla Lucas, Vogal;
  - Jorge Junqueira, Vogal;
  - Edite Moniz, Vogal Suplente;
  - Luciana Esteves, Vogal Suplente.
- g) Designar como gestor do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, o trabalhador Telmo Faria, o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos pela trabalhadora Luciana Esteves.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**9. P.A. N.º 120/2018-AP/DAF – “Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019” - Abertura de procedimento de contratação pública.**

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:

*“Todos queremos pagar menos quando é possível. Mas na contratação pública tem de haver conhecimento dos preços de mercado para apresentar preços base. O que tem acontecido é concursos ficarem desertos por os preços bases serem muito baixos, com o consequente atraso nas adjudicações e custos em elaborar novo concurso. E de nada vale a Sra. Presidente dizer que as obras estão mais caras em todo o país, porque temos exemplos de serviços.*

*Foi assim com a vigilância, com os seguros, com as obras do centro de saúde e da requalificação do Casal do Malta. Vejamos este exemplo hoje dos seguros - os valores de responsabilidade civil parecem-me errados: Temos um preço base 21.000€ quando nos dois últimos anos as seguradoras tiveram custos muito superiores (2017/54.000€ e 2018 até setembro/36.000€). Alguma seguradora vai aceitar um preço base inferior aos custos dos anos anteriores?”*

A **Sr.ª Presidente** agradeceu a chamada de atenção, disse que vai colocar a questão, e de seguida pôs a votação a seguinte proposta:

974 - Presentes as informações n.º I/2196/2018 e I/2732/2018 da DFTI - Área de Património e n.º I/2264/2018 da DAM – Recursos Humanos, nas quais se manifesta a necessidade de se proceder à *“Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019”*.

Presente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas, Anexos e minuta do anúncio.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento de contratação pública é de 268.961,71 euros, isento de I.V.A., sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar, o que determina a adoção do procedimento de concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e artigo 20.º, n.º 1, alínea a), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2018 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2018 e 2019, para a *“Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019”*, nas classificações orgânica/económica 0103/020212 e 0103/0103090101, ações do PAM 2018/A/41 e 2018/A/39.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 29/12/2017, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação anexa ao processo.

Considerando que por despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, foi emitido parecer prévio favorável à *“Contratação de seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2019”* de acordo com os n.ºs 6 e 7 do artigo 61.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

**Assim, a Câmara Municipal, considerando a proposta da DFTI - Área de Património e da DAM – Recursos Humanos, que se dá por reproduzida e que fica anexa à presente deliberação, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) e o artigo 22º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera:**

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adotar o procedimento de concurso público com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas, Anexos e a Minuta do Anúncio;

- e) Determinar que a adjudicação seja por lotes de forma parcial e/ou parcelar, nos termos do art.º 46.º-A, n.º 1 do CCP o que o critério de adjudicação utilizado seja o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo, de acordo com o artigo 74.º, n.º 1, alínea b), do CCP;
- f) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
- Efectivos
- Vânia Santos (Presidente)
  - Marina Freitas (Vogal, substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos)
  - Sandra Paiva (Vogal)
- Suplentes
- Lina Frazão (suplente)
  - Sara Coelho (suplente)
- g) Designar como gestora do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a trabalhadora Vânia Santos, a qual será substituída nas suas faltas ou impedimentos pela trabalhadora Marina Freitas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## OBRAS PÚBLICAS

### 10. Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta- Marinha Grande - Concurso público n.º 18/2018. Não Adjudicação

**Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

*“Neste concurso, para além de ser um exemplo do que falámos antes, e oxalá não atrase o processo do PEDU e das contribuições europeias, há algo que me deixa preocupado. O preço base era de € 793.000€ e apenas duas empresas responderam, com um preço ridículo, que até entendo que é um gozo com a autarquia. E o que mais surpreende é que uma empresa, a Valeixa propôs 622,30€ e a empresa Lena também propõe um valor muito baixo. De quanto? Exatamente o mesmo valor 622,30€.*

*A Sra. Presidente não acha uma enorme coincidência, que duas empresas distintas apresentem um valor ridículo e esse valor seja o mesmo, ao cêntimo?*

*Proponho que dê nota destas informações ao Ministério Público.”*

A **Sr.ª Presidente** disse que também a preocupa esta situação.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que, no lugar da Sr.ª Presidente, fazia um despacho no sentido de extrair certidão e remeter ao Ministério Público.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** também concordou e disse que é isso que a Sr.ª Presidente deve fazer, uma vez que há instituições próprias, competindo à Câmara alertar para o que aconteceu.

**Seguidamente a Sr.ª Presidente colocou a votação a seguinte proposta:**

975 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:



Por deliberação camarária, de 13 de agosto de 2018, foi determinada a realização de procedimento de concurso público para adjudicação da obra de “Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta- Marinha Grande”. De acordo com o relatório de análise, que fica anexo e se dá por integralmente reproduzido, não foram apresentadas propostas pelo que não haverá lugar a adjudicação do contrato.

**A Câmara Municipal, depois de analisar aquele relatório e concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constantes, delibera, de acordo com os artigos 148.º, n.º 4, 79.º, n.º 1, alínea a) e 36.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei nº. 197/99, de 08 de Junho e com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não adjudicar o contrato relativo à Requalificação dos Blocos L/M de habitação Social e dos 36 Fogos - Casal de Malta-Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**11. “Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande - CP n.º 16/2017” – Ratificação da suspensão parcial**

976 - Presente informação da DISU, com ref.<sup>a</sup> LF-12/2018, propondo a ratificação da suspensão parcial da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - MARINHA GRANDE”, adjudicada à firma Valeixa - Construção, Civil, L.DA.

**Assim, apreciada a informação com ref.<sup>a</sup> LF-12/2018, que fica anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzida, a Câmara delibera aprovar a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada de “Requalificação da EB Guilherme Stephens - Marinha Grande”, adjudicada à firma Valeixa - Construção, Civil, L.DA., nomeadamente dos trabalhos previstos realizar nos edifícios A, D, E, F e G, por um período de 29 dias, com efeitos a partir do dia 18 de dezembro de 2017, ao abrigo do disposto no artigo 297º, alínea a), por “impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora do contraente público na entrega ou na disponibilização de meios ou bens necessários à respetiva execução”.**

**A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**12. “Requalificação da Rua Esquerda e Rua da Almoíinha Velha – Concurso Público n.º 20/2017” - Aprovação de trabalhos a menos.**

977 - Presente informação da DISU, com a ref. LS-54/2018, através da qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 1.159,28€ (mil, cento e cinquenta nove euros e vinte oito cêntimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, correspondente a quantidades de trabalho que não foram utilizadas, nomeadamente por excederem as necessárias para completar a solução preconizada em projeto.

**Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.<sup>a</sup> LS-54/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA RUA ESQUERDA E RUA DA ALMOÍINHA VELHA”, adjudicada à firma “CONTEC - Construção e Engenharia, S.A.”, no valor de 1.159,28€ (mil, cento e cinquenta nove euros e vinte oito cêntimos),**

que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**13. “Requalificação da Rua e Travessa das Andorinhas - Concurso Público n.º 20/2016”  
- Aprovação de trabalhos a menos.**

978 - Presente informação da DQV, com a ref. smv-26/2018, através da qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 22.357,13€ (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e sete euros e treze centimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, correspondente a quantidades de trabalho que não foram utilizadas, nomeadamente por excederem as necessárias para completar a solução preconizada em projeto.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.<sup>a</sup> smv/26/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos da empreitada de “**REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DAS ANDORINHAS**”, adjudicada à firma “**MATOS E NEVES, L.DA**”, no valor de 22.357,13€ (vinte e dois mil, trezentos e cinquenta e sete euros e treze centimos), que acresce IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**14. “Requalificação da Rua e Travessa do Mirante – Concurso Público n.º 17/2018” –  
Aprovação do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra.**

979 - Presente Plano de Segurança e Saúde, apresentado pela firma adjudicatária “**DELFIN DE JESUS MARTINS & FILHOS, L.DA**”, para a execução da obra “**REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DO MIRANTE**”.

Presente informação da DQV, com a ref.<sup>a</sup> PG12/2018, que atesta a conformidade do Plano de Segurança e Saúde apresentado à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro, e às restantes exigências legais aplicáveis.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.<sup>a</sup> PG12/2018, que fica anexa e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “**REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DO MIRANTE**”, adjudicada à firma “**DELFIN DE JESUS MARTINS & FILHOS, L.DA**”, ao abrigo do disposto no art. 12º, n.º 1, do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Mais delibera designar como Coordenador de Segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o artigo 9º n.º 2 do Decreto – Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**15. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 6,25m² de terreno integrado na  
herança de José Augusto**

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, por ter interesse no procedimento.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

980 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a requalificação da rua da Vitória, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano, integrado na herança de José Augusto, representada por Maria Marques Gonçalves Neto, na qualidade de Cabeça de Casal, NIF 149 114 605, que confronta a Norte com Rua da Vitória, a Sul com Pedro Augusto, a nascente com Artur Augusto e a Poente com Pedro Augusto, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4242. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 6,25m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a reposição dos contadores de água e gás em local mais apropriado.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 6,25m², do prédio urbano, integrado na herança de José Augusto, representada por Maria Marques Gonçalves Neto, na qualidade de Cabeça de Casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4242, que confronta a Norte com Rua da Vitória, a Sul com proprietária, a nascente com Artur Augusto e a Poente com Pedro Augusto, para a requalificação da rua da Vitória, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se a repor os contadores de água e gás em local mais apropriado, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo anterior Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **16. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 47,50m² de terreno integrado na herança de José Gaspar Filipe**

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, por ter interesse no procedimento.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

981 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a requalificação da rua da Vitória, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano,

integrado na herança de José Gaspar Filipe, representado por Acácio José de Jesus Gaspar, na qualidade de cabeça de casal, NIF 117 426 245, que confronta a Norte com Campo Lisboa e Marinha, a Sul com rua da Vitória, a Nascente com Arruamento (Acesso ao Campo) e a Poente com Nelson Lino, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4230. O proprietário do imóvel, concordou com a cedência do terreno de 47,50m², solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a reconstrução do muro, igual ao existente, com 1,40m de altura - sendo 0,80m em alvenaria e 0,60m de gradeamento simples, com reboco e pinturas, e reposição do portão da garagem no novo alinhamento, após o corte. Deverão ainda ser repostas as caixas de contadores no novo muro.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 47,50m², do prédio urbano, integrado na herança de José Gaspar Filipe, representado por Acácio José de Jesus Gaspar, na qualidade de cabeça de casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 4230, que confronta a Norte com Proprietário, a Sul com rua da Vitória, a Nascente com Arruamento (Acesso ao Campo) e a Poente com Nelson Lino, para a requalificação da rua da Vitória, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à reconstrução do muro, igual ao existente, com 1,40m de altura - sendo 0,80m em alvenaria e 0,60m de gradeamento simples, com reboco e pinturas, e reposição do portão da garagem no novo alinhamento, após o corte, devendo ainda ser repostas as caixas de contadores no novo muro, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo anterior Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo o proprietário, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **17. Requalificação da Rua da Vitória – Cedência de 20,00m² de terreno integrado na herança de Emília Pereira Bernardo**

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** não participou na discussão e votação deste assunto, tendo comunicado o seu impedimento, nos termos do artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, por ter interesse no procedimento.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código.

982 - O Sr. Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Para a requalificação da rua da Vitória, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio rústico integrado na herança de Emília Pereira Bernardo, representada por Maria Elisabete Pereira Cruz, na qualidade de cabeça de Casal, NIF 165 555 777, que confronta a Norte com Deolinda Morgado Matos, a Sul com habitação da própria e Caminho, a Nascente com Deolinda Morgado Matos e a Poente com Joaquim Pêssego, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 9351. A proprietária do imóvel concordou com a cedência do terreno de 20,00m, solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a reconstrução do muro no novo alinhamento, em alvenaria, com as mesmas características do existente ou

com 0,80m de altura e 0,70m no gradeamento, repondo os portões cortados à mesma altura do novo muro, assim como a caixa de correio e o contador de água.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 20,00m², do prédio rústico integrado na herança de Emília Pereira Bernardo, representada por Maria Elisabete Pereira Cruz, na qualidade de cabeça de Casal, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 9351, que confronta a Norte com Deolinda Morgado Matos e proprietária, a Sul com rua da Vitória a Nascente com Deolinda Morgado Matos e a Poente com Joaquim Pêssego, para a requalificação da rua da Vitória, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se à reconstrução do muro no novo alinhamento, em alvenaria, com as mesmas características do existente ou com 0,80m de altura e 0,70m no gradeamento, repondo os portões cortados à mesma altura do novo muro, assim como a caixa de correio e o contador de água, conforme consta da ficha anexa elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo e pelo anterior Presidente Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

## **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO**

### **18. Pedido para colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas na Rua Clube Desportivo Casal Galego n.º 2 Loja D, Casal Galego - Marinha Grande.**

983 - Presente pedido com o registo n.º E/8406/2018, em que é solicitada a colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas na Rua Clube Desportivo Casal Galego n.º 2, loja D, Casal Galego - Marinha Grande.

Presente informação técnica LC-2-2018 de 18-10-2018, sobre o assunto.

**Na sequência do pedido com registo n.º E/8406/2018, para colocação de um sinal de estacionamento de cargas e descargas, na rua Clube Desportivo Casal Galego n.º2, Loja D, Casal Galego - Marinha Grande, em frente ao estabelecimento comercial com atividade de florista, bem como da solução técnica apresentada na informação dos serviços camarários LC-2-2018 de 18-10-2018, que se dá aqui por integralmente reproduzida e se anexa, a Câmara Municipal delibera ao abrigo da alínea rr) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual:**

**Colocar um sinal de estacionamento autorizado H1a e um painel adicional M10b - Cargas e Descargas, conforme estabelecido nos artigos 34.º e 46.º, respetivamente, do Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, num lugar a meio da gare de estacionamento sita na rua Clube Desportivo Casal Galego - Marinha Grande, como indicado nas fotografias igualmente incluídas na referida informação técnica.**

**Mais delibera que sejam retiradas as chapas identificativas de estacionamento privado a demarcarem quatro lugares privativos na gare de estacionamento pública, colocadas indevidamente na fachada do estabelecimento “Hexatool”.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**19. Req.º nº 1415/18, datado de 31/07/2018 - Proc.º n.º 539/17, datado de 05/12/2017 - Fernando Nuno Reis Miquelis dos Santos**

984 - Presente processo camarário n.º 539/17, registado em 2017/12/05, subscrito por **Fernando Nuno Reis Miquelis dos Santos**, com o NIF 185400850, com residência na Rua da Benta, n.º 30, R/C, em Marinha Grande, designadamente, o projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obras de “alteração e ampliação de uma moradia e muros de vedação existentes”** com demolição de edificação integrado no procedimento, incidentes no prédio urbano sito na Avenida Engenheiro Arala Pinto, n.º 7, lugar de Casal da Malta, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 5223, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2681. Presente aditamento apresentado pelo requerimento n.º 1415/18, registado em 2018/07/31, em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2018/10/19, que refere que o projeto de arquitetura encontra-se apto a ser aprovado com condicionalismo.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do artigo 20º do Decreto-Lei n.º 155/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura, constante do processo camarário n.º 539/17, registado em 2017/12/05, apresentado por Fernando Nuno Reis Miquelis dos Santos, com o NIF 185400850, com residência na Rua da Benta, n.º 30, R/C, em Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento de obras de **“alteração e ampliação de uma moradia e muros de vedação existentes”**, com demolição de edificação integrado no procedimento, incidentes no prédio urbano sito na Avenida Engenheiro Arala Pinto, n.º 7, lugar de Casal da Malta, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 5223, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 2681, com condicionalismo de apresentação de planta de cobertura elaborada conforme descrito na cópia da Ficha de Saneamento e apreciação Liminar, anexa ao ofício n.º 73/18, datado de 2018/01/19, rececionado em 2018/02/01.

- Informar o interessado que deve apresentar, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**20. Req.º nº 1884/18, datado de 16/10/2018 - Proc.º n.º 307/18, datado de 26/07/2018 - José dos Santos Diniz Farto e Lucília Pedrosa Bernardes Diniz**

985 - Presente requerimento n.º 1884/18, datado de 2018/10/16, constante do processo camarário n.º 307/18, subscrito por **José dos Santos Diniz Farto**, com o NIF 174618301 e

por **Lucília Pedrosa Bernardes Diniz**, com o NIF 152840133, residentes em rua da Lagoa, n.º 53, lugar de Ervedeira, freguesia de Coimbrão, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**” a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio rústico, sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 88 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 9714.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/10/17 e de 2018/08/27, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros de vedação**” a levar a efeito numa parcela de terreno a destacar de um prédio rústico, sito no lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 88 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 9714, com o número de processo 307/18, com data de entrada em 2018/07/26, apresentado por José dos Santos Diniz Farto, com o NIF 174618301 e por Lucília Pedrosa Bernardes Diniz, com o NIF 152840133, residentes em rua da Lagoa, n.º 53, lugar de Ervedeira, freguesia de Coimbrão, concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 127,18m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com as ruas do Lamarão e dos Eucaliptos, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação”, com o número “1”, datada de “01-10-18”, entregue a coberto do requerimento n.º 1884/18, datado de 2018/10/16, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
3. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com as ruas do Lamarão e dos Eucaliptos, com uma largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com uma largura de 0,15m e na zona das entradas deverá ser utilizado lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.

**Mais delibera:**

1. Deferir a operação de destaque em referência, por se encontrarem reunidas as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, dado o prédio se situar em perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque, confrontarem com arruamento público.

2. Mandar emitir a respetiva certidão de destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do RJUE, devendo nela constar a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do citado artigo 6.º, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**21. Req.º nº 1190/17, datado de 07/07/2017 - Proc.º n.º 526/16, datado de 28/12/2016 - Cabeça de Casal da Herança de António Quintino de Sousa**

986 - Presente pedido com o registo n.º 1190/17, datado de 07/07/2017, relativo a **legalização de alterações num edifício destinado a habitação**, localizado na rua 5 de Outubro, n.º 8, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 619 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5720-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 526/16, com data de entrada de 28/12/2016, apresentado por **Cabeça de Casal da Herança de Antonio Quintino de Sousa**, com o NIF 741 937 808, com endereço na rua 5 de Outubro, n.º 8, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;  
Presente informação técnica, datada de 24/10/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a legalização de alterações num edifício destinado a habitação, localizado na rua 5 de Outubro, n.º 8, Praia da Vieira, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 619 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5720-P, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 526/16, com data de entrada de 28/12/2016, apresentado por Cabeça de Casal da Herança de Antonio Quintino de Sousa, com o NIF 741 937 808, com endereço na rua 5 de Outubro, n.º 8, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com o seguinte condicionalismo:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**22. Req.º nº 1930/18, datado de 23/10/2018 - Proc.º n.º 347/17, datado de 02/08/2018 - Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador, Maria Teresa Lagoa dos Santos Serrador Mendes Pereira, António José Lagoa dos Santos Serrador e Jorge Manuel Lagos dos Santos Serrador**

987 - Presente requerimento n.º 1930/18, datado de 2018/10/23, constante do processo camarário n.º 347/17, subscrito por **Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador**, com o NIF



145342026, residente em rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 4.º, freguesia e concelho de Leiria, por **Maria Teresa Lagoa dos Santos Serrador Mendes Pereira**, com o NIF 124887880, residente na rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, por **António José Lagoa dos Santos Serrador**, com o NIF 125614535, residente em rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 3.º Esq.º, freguesia e concelho de Leiria, e por **Jorge Manuel Lagoa dos Santos Serrador**, com o NIF 115347658, residente na rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Leiria, representados por Marta da Silva Cordeiro, com o NIF 214350517, residente na Rua Professor Narciso Costa, n.º 19, 3.º A, Bairro dos Capuchos, Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização de Alteração de Moradia Unifamiliar e Anexo”** incluindo a **“Demolição e Construção de Muro de Vedação”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Vale, lugar de Água de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20335 e inscrito na matriz sob o artigo número 11052.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/10/23 e de 2018/08/21, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de **“Legalização de Alteração de Moradia Unifamiliar e Anexo”** incluindo a **“Demolição e Construção de Muro de Vedação”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua do Vale, lugar de Água de Madeiros, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20335 e inscrito na matriz sob o artigo número 11052, com o número de processo 347/17, com data de entrada em 2017/08/02, apresentado por Alzira Caseiro Oliveira Lagoa Serrador, com o NIF 145342026, residente em rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 4.º, freguesia e concelho de Leiria, por Maria Teresa Lagoa dos Santos Serrador Mendes Pereira, com o NIF 124887880, residente na rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 1.º Dt.º, freguesia e concelho de Leiria, por António José Lagoa dos Santos Serrador, com o NIF 125614535, residente em rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 3.º Esq.º, freguesia e concelho de Leiria, e por Jorge Manuel Lagoa dos Santos Serrador, com o NIF 115347658, residente na rua Comandante Almeida Henriques, n.º 14, 1.º Esq.º, freguesia e concelho de Leiria, representados por Marta da Silva Cordeiro, com o NIF 214350517, residente na Rua Professor Narciso Costa, n.º 19, 3.º A, Bairro dos Capuchos, Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio/berma na extensão total do prédio confinante com a rua do Vale. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever calçada grossa de calcário, incluindo a execução de uma valeta suave de modo a assegurar a drenagem da plataforma.

3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 33,00m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Vale, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO - FINAL”, com o número “8.2”, datada de “OUTUBRO 2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 1930/18, datado de 2018/10/23, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**23. Req.º nº 1581/18, datado de 03/09/2018 - Proc.º n.º58/18, datado de 22/02/2018 - Rui Jorge Ferreira Coelho**

988 - Presente requerimento n.º 1581/18, datado de 2018/09/03, constante do processo camarário n.º 58/18, subscrito por **Rui Jorge Ferreira Coelho**, com o NIF 125689632, residente em rua da Azambuja, n.º 33, 3.º dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre dois prédios sitos no lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7396 e 7399 e inscritos nas matrizes sob os artigos números 701 (rústico) e 1256 (urbano).

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/10/17 e de 2018/06/14, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação**”, incidente sobre dois prédios sitos no lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob os números 7396 e 7399 e inscritos nas matrizes sob os artigos números 701 (rústico) e 1256 (urbano), com o número de processo 58/18, com data de entrada em 2018/02/22, apresentado por Rui Jorge Ferreira Coelho, com o NIF 125689632, residente em rua da Azambuja, n.º 33, 3.º dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, com largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.

3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 68,00m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**IMPLANTAÇÃO E MURO FRONTAL**”, com o número “2A”, datada de “AGOSTO 2018”, entregue a coberto do requerimento n.º 1581/18, datado de 2018/09/03, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
4. Apresentação de peça gráfica correspondente à “**IMPLANTAÇÃO E MURO FRONTAL**”, contendo a representação da execução do passeio, conforme condições referidas no ponto 3.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**24. Req.º nº 1582/18, datado de 03/09/2018 - Proc.º n.º 59/18, datado de 22/02/2018 - Rui Jorge Ferreira Coelho**

989 - Presente requerimento n.º 1582/18, datado de 2018/09/03, constante do processo camarário n.º 59/18, subscrito por **Rui Jorge Ferreira Coelho**, com o NIF 125689632, residente em rua da Azambuja, n.º 33, 3.º dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício habitacional com dois fogos e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20339 e inscrito na matriz sob o artigo número 20227-P.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/10/22 e de 2018/06/14, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o projeto de arquitetura respeitante ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de um edifício habitacional com dois fogos e muros de vedação**”, incidente sobre um prédio urbano sito no lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20339 e inscrito na matriz sob o artigo número 20227-P, com o número de processo 59/18, com data de entrada em 2018/02/22, apresentado por Rui Jorge Ferreira Coelho, com o NIF 125689632, residente em rua da Azambuja, n.º 33, 3.º dt.º, freguesia e concelho de Marinha Grande – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, com largura de 2,25m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão com as dimensões 0,10mx0,20mx0,06m, após execução de

uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado com as dimensões de 0,13m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada.

3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 138,00m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua Fonte da Pedrulheira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “**IMPLANTAÇÃO E MURO FRONTAL**”, com o número “2A”, datada de “**AGOSTO 2018**”, entregue a coberto do requerimento n.º 1582/18, datado de 2018/09/03, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
4. Apresentação de peça gráfica correspondente à “**IMPLANTAÇÃO E MURO FRONTAL**”, contendo a representação da execução do passeio, conforme condições referidas no ponto 3.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**25. Req.º nº 1318/18, datado de 17/07/2018 - Proc.º n.º 200/18, datado de 25/08/2018 - Hugo António Vieira Guerra**

990 - Presentes requerimentos n.º 1005/18 e n.º 1318/18, registados em 2018/05/25 e 2018/07/18, respetivamente, subscritos por **Hugo António Vieira Guerra**, com o NIF 210408278, residente em Rua da Meia Calçada, n.º 9, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referentes ao projeto de arquitetura do pedido de **licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros**, com processo camarário n.º 200/18, registado em 2018/05/25, a erigir no prédio rústico situado na Rua da Beira Baixa, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4583, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13505.

Presente parecer técnico datado de 2018/09/10, favorável com condicionalismos de completar a instrução do projeto com elementos em falta ou deficientemente elaborados.

Presente parecer técnico datado de 2018/10/23, favorável quanto ao alinhamento proposto para o muro e pavimentação da berma/valeta em calçada grossa de calcário.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

- **DEFERIR**, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 200/18, 2018/05/25, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de uma moradia e muros a erigir no prédio rústico situado na Rua da Beira Baixa, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 4583, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 13505, apresentado por Hugo António Vieira Guerra, com o NIF 210408278, residente em Rua da Meia Calçada, n.º 9, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

**1- Apresentar elementos completados ou revistos os seguintes elementos que se encontram em falta ou deficientemente elaborados, necessários à adequada instrução do processo nomeadamente os elementos identificados na Portaria n.º 113/2015, de 22/04, nomeadamente os descritos no n.º 4, n.º 5 alíneas c) e h), n.º 15 alínea d), respetivamente:**

- a) Planta de Implantação à escala de 1:200 ou superior, desenhada sobre levantamento topográfico do terreno e área envolvente numa extensão de 20m a contar dos limites do prédio, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, (inicial e final), área de cedência ao domínio público, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização da recolha de águas residuais, localização dos contadores, e recetáculo postal, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas. Considerando que o presente projeto traduz alteração da topografia, a planta de implantação deve conter a representação dessa alteração.**
- b) Memória descritiva contendo:**
  - Enquadramento da pretensão nos planos territoriais aplicáveis.
  - Áreas destinadas a infraestruturas, quando estejam previstas.
  - Quadro sinóptico identificando a superfície total do terreno objeto da operação e, em função da operação urbanística em causa, a área total de implantação, a área de implantação do edifício, a área total de construção, a área de construção do edifício, o número de pisos, a altura da fachada, as áreas a afetar aos usos pretendidos e as áreas de cedência, assim como a demonstração do cumprimento de outros parâmetros constantes de normas legais e regulamentares aplicáveis.
- c) Termos de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto que ateste a compatibilidade entre os projetos, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.**

**2- Face à existência de um poço no prédio e não sendo indicado no projeto as condições que conferem a isenção de título de utilização para captação de água subterrânea, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, e Despacho n.º 14872/2009, de 02 de julho, o interessado deverá completar o pedido com o título de licença ou utilização ou, dependendo das características da captação, demonstrar a comunicação à respetiva administração de região hidrográfica (ARH).**

**- Delibera ainda informar o interessado que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**26. Req.º nº 1760/18, datado de 28/09/2018 - Proc.º nº 488/17, datado de 31/10/2017 - ATT - Advanced Tool Technology, Lda**

991 - Presente pedido com o registo n.º 1760/18, datado de 28/09/2018 relativo a **legalização de ampliação de edifício destinado a indústria**, sito na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3226 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 16116, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 488/17, com data de entrada de 31/10/2017, apresentado por **ATT - Advanced Tool Technology, Lda**, com o NIPC 513 477 403, com sede na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 20/02/2018;

Presente processo de regularização extraordinária com o n.º 492/15, apresentado pelo mesmo requerente no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aprovado condicionalmente em conferência decisória realizada a 15 de março de 2017;

Presente informação técnica, datada de 12/10/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica datada de 16/10/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo a legalização de ampliação de edifício destinado a indústria, sito na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 3226 e inscrito na Matriz Predial Urbana sob o artigo n.º 16116, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 488/17, com data de entrada de 31/10/2017, apresentado por ATT - Advanced Tool Technology, Lda., com o NIPC 513 477 403, com sede na estrada de Leiria, n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**27. Req.º nº 1864/18, datado de 15/10/2018 - Proc.º n.º 331/18, datado de 08/08/2018 - Maria Odete Gomes Feteira, Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, Maria Clara Feteira Tomé, Chantal Feteira Tomé e Apolinário Feteira Tomé**

992 - Presentes requerimentos n.º 1457/18 e n.º 1864/18, registados em 2018/08/08 e 2018/10/15, respetivamente, subscritos por **Maria Odete Gomes Feteira**, com o NIF 166362379, residente na Rua Outeiros da Passagem, n.º 23, Vieira de Leiria, Marinha Grande, por **Maria Anália Feteira Tomé Ferreira**, com o NIF 125615973, residente na Rua da Cabine, n.º 10, Louriçal, Pombal, por **Maria Clara Feteira Tomé**, com o NIF 189409380, residente na Rua da Lagoa, n.º 24, 2º Esquerdo, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, Marinha

Grande, **Chantal Feteira Tomé**, com o NIF 166362395, residente na Rua Ilha do Corvo, n.º 10, 2º Frente Esquerdo, Casal da Formiga, Marinha Grande, **Apolinário Feteira Tomé**, com o NIF 186584733, residente na Rua Dr. Manuel Magalhães Pessoa, n.º 11, r/c, Leiria, constantes do processo camarário n.º 331/18, registado em 2018/08/08, referente ao pedido de **licenciamento (legalização) de obra de alterações na moradia e licenciamento (legalização) de obra de construção de um anexo e muros**, erigidos nos prédios urbanos sitos na Rua dos Outeiros da Passagem n.º 21 e n.º 23, no lugar da Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscritos na matriz predial sob os artigos n.º 1964 e n.º 3198, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7940 e n.º 7941, respetivamente.

Presente parecer técnico, datado de 2018/10/23, que atesta estar o projeto de arquitetura em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

**Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento (legalização) de obra de alterações na moradia e licenciamento (legalização) de obra de construção de um anexo e muros, erigidos nos prédios urbanos sitos na Rua dos Outeiros da Passagem n.º 21 e n.º 23, no lugar da Passagem, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscritos na matriz predial sob os artigos n.º 1964 e n.º 3198, descritos na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7940 e n.º 7941, respetivamente, constante do processo camarário n.º 331/18, registados em 2018/08/08, subscrito por Maria Odete Gomes Feteira, com o NIF 166362379, residente na Rua Outeiros da Passagem, n.º 23, Vieira de Leiria, Marinha Grande, por Maria Anália Feteira Tomé Ferreira, com o NIF 125615973, residente na Rua da Cabine, n.º 10, Louriçal, Pombal, por Maria Clara Feteira Tomé, com o NIF 189409380, residente na Rua da Lagoa, n.º 24, 2º Esquerdo, Praia da Vieira, Vieira de Leiria, Marinha Grande, Chantal Feteira Tomé, com o NIF 166362395, residente na Rua Ilha do Corvo, n.º 10, 2º Frente Esquerdo, Casal da Formiga, Marinha Grande, Apolinário Feteira Tomé, com o NIF 186584733, residente na Rua Dr. Manuel Magalhães Pessoa, n.º 11, r/c, Leiria.

- Aceitar a descrição constante no item “**ADEQUAÇÃO ÀS INFRAESTRUTURAS - REDES EXISTENTES**” da Memória Descritiva e Justificativa do projeto, na condição de ser executado meio eficaz de ligação da rede predial de águas residuais domésticas à rede pública. Condição a ser verificada em sede de vistoria.

- Informar os requerentes do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverão, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

**3- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**28. Req.º nº 137/18, datado de 23/01/2018 - Proc.º n.º 19/18, datado de 23/01/2018 - Jacinto Esperança Pereira, Lda.**

993 e 994 - Presente requerimento n.º 137/18, registado em 2018/01/23, subscrito por **Jacinto Esperança Pereira, Lda.**, com o NIPC 501986308, com sede na Rua da Cruz, n.º 16, Casal dos Claros, lugar e freguesia de Amor, concelho de Leiria, constante do processo camarário n.º 19/18, registado em 2018/01/23, referente a:

**1- Pedido de emissão de certidão comprovativa da satisfação dos requisitos de destaque** de parcela com área de 491,20 m2, do prédio rústico com área total de 993,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 606, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6879, confinante a sul com a Rua dos Pinheiros, no lugar da Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território - DOT, datado de 2018/09/21, que atesta estarem preenchidos os requisitos legais necessários à operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 491,20 m2, bem como à emissão da respetiva certidão comprovativa.

**Após análise da pretensão, bem como o referido parecer da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território - DOT, datado de 2018/09/21, a Câmara Municipal delibera mandar emitir a certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque para efeitos de registo predial, nos termos do n.º 9 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto- Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, por se ter verificado que a operação de destaque de uma parcela de terreno com a área de 491,20m2, formulada por por Jacinto Esperança Pereira, Lda., com o NIPC 501986308, com sede na Rua da Cruz, n.º 16, Casal dos Claros, lugar e freguesia de Amor, concelho de Leiria, reúne as condições expressas no n.º 4 do artigo 6.º do mencionado diploma legal, por o prédio rústico com área total de 993 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 606, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6879, confinante a sul com a Rua dos Pinheiros, no lugar de Pedrulheira, freguesia e concelho de Marinha Grande, se situar no perímetro urbano e as duas parcelas resultantes do destaque confrontarem com arruamento público - Rua dos Pinheiros. As duas parcelas resultantes do destaque apresentam-se vinculadas ao cumprimento dos indicadores urbanísticos preceituados para o Aglomerado Urbano da Marinha Grande, inserindo-se na “Restante Área Urbana, que, nos termos do n.º 8 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG em vigor, traduz as seguintes condições:**



- Na Parcela a Destacar com 491,20 m2, será cedido ao domínio público a área de 49 m2, ficando a parcela com 442,20 m2 e nela poderá ser erigida construção com até 1 fogo de habitação, 294,72m2 de área bruta de construção, cêrcea máxima de 3 pisos, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m2 de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços;

- Na Parcela Sobrante com 501,80 m2, será cedido ao domínio público a área de 24,10 m2, ficando a parcela com 477,70 m2 e nela poderá ser erigida poderá ser erigida construção com até 1 fogo de habitação, 301,08 m2 de área bruta de construção, cêrcea máxima de 3 pisos, o mínimo de 1 lugar de estacionamento por fogo para habitação e/ou 1 estacionamento por cada 50 m2 de área coberta se a ocupação se destinar a comércio ou serviços.

Mais delibera que na certidão a emitir conste a obrigatoriedade de inscrição do ónus de não fracionamento das parcelas resultantes do destaque, por um período de 10 anos contados da data do mesmo, nos termos do n.º 6 e n.º 7 do artigo 6.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, sem o que não poderá ser licenciada ou comunicada qualquer obra de construção nessas parcelas.

2- Pedido de licenciamento de obra de *“construção de uma moradia, anexos e muros a erigir numa parcela a destacar”* do prédio rústico situado na Rua do Pinheiros, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 606, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6879.

Após análise do pedido a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 19/18, registado 2018/01/23, referente ao pedido de licenciamento de obra de *“construção de uma moradia, anexos e muros a erigir numa parcela a destacar”* do prédio rústico sito na Rua dos Pinheiros, Pedrulheira, freguesia e concelho de marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 606, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 6879.

- Informar a sociedade interessada que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º nº 1037/18, datado de 01/06/2018 - Proc.º n.º 209/18, datado de 01/06/2018 - Marco António Duarte Alves Laranjeira

995 - Presente requerimento n.º 1037/18, datado de 2018/06/01, constante do processo camarário n.º 209/18, subscrito por **Marco António Duarte Alves Laranjeira**, com o NIF 219677670, residente em rua das Saudades, n.º 12, 1.º A, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de

**“Construção de edifício de habitação com 7 fogos”** a levar a efeito num prédio urbano sito na rua do Grupo Desportivo e Recreativo de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20502 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 20368-P.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/10/15 e de 2018/09/12, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

**Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da obra de **“Construção de edifício de habitação com 7 fogos”** a levar a efeito num prédio urbano sito na rua do Grupo Desportivo e Recreativo de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 20502 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo número 20368-P, com o número de processo 209/18, com data de entrada em 2018/06/01, apresentado por Marco António Duarte Alves Laranjeira, com o NIF 219677670, residente em rua das Saudades, n.º 12, 1.º A, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 110,20m<sup>2</sup>, ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“PLANTA DE IMPLANTAÇÃO (ÁREAS DE CEDÊNCIA)”**, com o número **“02.01”**, datada de **“MAIO 2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1037/18, datado de 2018/06/01, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio e gare de estacionamento na extensão total do prédio confinante com a rua do Grupo Desportivo e Recreativo de Figueiras. O estacionamento deverá ser pavimentado com blocos de betão com as dimensões de 0,10mx0,20mx0,08m, após execução da camada de base em tout-venant com 0,20m de espessura e lancil de betão com as dimensões de 0,08m (largura à vista) x 0,20m 8altura)x0,08m (largura da base). o passeio deverá ser executado em blocos de betão com as dimensões de 0,10mx0,20mx0,06m, após execução de camada de base em tout-venant com 0,15m de espessura e lancil de betão com as dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m 8largura da base). Nas zonas das entradas o passeio poderá ser rebaixado, utilizando o bloco de betão com uma espessura de 0,08m.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º nº 1693/18, datado de 19/09/2018 - Proc.º n.º 384/16, datado de 15/09/2016 - Ana Acácia Leal Silva e Tiago Feteira Rolo

996 - Presente requerimento n.º 1693/18, registado em 2018/09/19, referente aos projetos das especialidades do pedido de **licenciamento de alterações ao projeto de construção de moradia, anexos e muro**, respeitante ao processo n.º 384/16, para o prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7946, apresentado por **Ana Acácia Leal Silva**, com o NIF216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por **Tiago Feteira Rolo**, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo na reunião de Câmara Municipal de 2018/09/03.

Presentes projetos das especialidades, sendo os mesmos os previstos no n.º 16.º do anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, tendo em consideração o tipo de obra a realizar, e termos de responsabilidade dos respetivos autores, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2018/10/16, relativo aos projetos de especialidades, a atestar encontrarem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

Presente parecer técnico datado de 2018/10/23, que atesta ter sido assegurado a apresentação de elemento em satisfação do condicionalismo de aprovação do projeto de arquitetura.

**Após análise do pedido, e considerando o técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:**

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de de alterações ao projeto de construção de moradia, anexos e muro, respeitante ao processo n.º 384/16, para o prédio sito na Rua Dr. Franklin Vieira Dias, no lugar dos Talhões, freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5559 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7946, apresentado por Ana Acácia Leal Silva, com o NIF216361044, residente em Rua José Moreira, n.º 33, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, e por Tiago Feteira Rolo, com o NIF 241523133, residente em Rua da Indústria, n.º 1, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

- Informar o requerente do seguinte:

1- Deverá requerer o averbamento ao Alvará de Obras de Construção. O pedido deve-se fazer acompanhar de Autorização de Utilização dos Recursos Hídricos válida.

2- Mantêm-se os condicionalismos expressos na deliberação de 2016/12/15, que licenciou o pedido constante do processo camarário n.º 384/16.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**31. Req.º nº 1324/18, datado de 18/07/2018 - Proc.º n.º 145/17, datado de 17/04/2017 - Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho**

997 - Presente requerimento n.º 1324/18, datado de 2018/07/18, constante do processo camarário n.º 145/17, subscrito por **Júlio Manuel Gaspar Duarte Moleirinho**, com o NIF 133928454, com residência em largo do Rossio, n.º 4, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, pelo qual são apresentados os projetos das obras de urbanização inerentes ao licenciamento da “*Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização*”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/02/18.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/10/23, referente aos projetos das obras de urbanização apresentados.

Presente minuta de contrato de urbanização a estabelecer entre o Município da Marinha Grande e o interessado.

**Após análise da pretensão, bem como do referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara delibera:**

**DEFERIR**, nos termos do disposto no art. 26.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - RJUE, a “*Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização*”, a incidir sobre um prédio rústico, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na respetiva matriz rústica sob o número 8668, com o condicionalismo da prestação de caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do RJUE, no valor de € 37.995,95 (trinta e nove mil novecentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos), referente às seguintes componentes:

COMPONENTES	VALOR
Infraestrutura Viária	€ 17.894,07
Rede de Abastecimento de Água	€ 2.187,44
Rede de Águas Residuais Domésticas	€ 2.799,19
Rede de Gás Natural	€ 3.775,00
Infraestruturas Elétricas	€ 6.362,50
Infraestruturas de Telecomunicações	€ 4.937,75
<b>TOTAL</b>	<b>€ 37.995,95</b>

**Delibera ainda**, nos termos do art. 53.º do RJUE, estabelecer um prazo de execução de 6 meses para a realização das respetivas obras de urbanização.

**Mais informa** que deverá comunicar aos respetivos serviços, o início das obras de urbanização a levar a efeito.

**Delibera, ainda APROVAR** a minuta de contrato de urbanização a estabelecer entre o Município da Marinha Grande e o interessado.

## **MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO**

*(Celebrado ao abrigo do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro).*

### **Considerandos**

1. **JÚLIO MANUEL GASPAR DUARTE MOLEIRINHO**, é proprietário do prédio rústico registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na matriz predial da freguesia da Marinha Grande sob artigo n.º 8668, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bico, lugar de Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande;
2. Através do requerimento n.º 646/17, registado em 2017/04/17, constante do processo camarário n.º 145/17, solicitou uma licença para a realização da "Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização" no terreno referido no número anterior;
3. De acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, o terreno em que pretende levar a efeito a operação de loteamento urbano, situa-se em área urbana do Aglomerado Urbano de Garcia;
4. Por deliberação camarária datada de 2018/02/20, foi aprovado o projeto de arquitetura relativo à operação urbanística requerida;
5. Pelos requerimentos n.º 568/18, registado em 2018/03/20 e n.º 1324/18, datado de 2018/07/18, o interessado apresentou os projetos de execução de infraestruturas respeitantes às obras de urbanização a levar a efeito, designadamente relativas à infraestrutura viária, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de gás natural, infraestrutura elétrica e infraestrutura de telecomunicações;
6. O processo camarário n.º 145/17 esteve presente na reunião de Câmara Municipal de 27 de novembro de 2017, tendo sido aprovados os projetos relativos à operação de loteamento urbano, bem como os projetos de execução de obras de urbanização.

### **Outorgantes**

Entre

**CIDÁLIA MARIA DE OLIVEIRA ROSA FERREIRA**, com domicílio profissional na freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande e em representação do Município da Marinha Grande, com o NIPC 505 776 758, adiante designado por PRIMEIRA OUTORGANTE;

e

**JÚLIO MANUEL GASPAR DUARTE MOLEIRINHO**, com o NIF 133928454, residente no largo do Rossio, n.º 4, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25º do RJUE, o seguinte contrato de urbanização:

**CLÁUSULA 1.<sup>a</sup>**

**(Objeto)**

O presente contrato tem como objeto a contratualização das obrigações assumidas pelo SEGUNDO OUTORGANTE, no âmbito da operação urbanística relativa à "**Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização**", no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20267 e inscrito na matriz predial da freguesia da Marinha Grande sob artigo n.º 8668, sito no gaveto da rua do Clube Desportivo da Garcia, com a rua do Bici, lugar de Garcia, freguesia e concelho da Marinha Grande.

**CLÁUSULA 2.<sup>a</sup>**

**(Obrigações da 2.<sup>a</sup> outorgante)**

O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a proceder à execução das obras de urbanização, relativas à infraestrutura viária, rede de abastecimento de águas, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de gás natural, infraestrutura elétrica e infraestrutura de telecomunicações, do prédio identificado na cláusula 1.<sup>a</sup>.

**CLÁUSULA 3.<sup>a</sup>**

**(Obras)**

As obras mencionadas na cláusula anterior são as constantes dos projetos específicos apresentados pelos requerimento n.º 568/18, registado em 2018/03/20 e n.º 1324/18, datado de 2018/07/18, aprovado em reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande de 5 de novembro de 2018, que fazem parte integrante do processo camarário n.º 145/17, em nome do SEGUNDO OUTORGANTE.

**CLÁUSULA 4.<sup>a</sup>**

**(Valor das obras)**

- 1 - O valor das obras a realizar é de € 37.995,95 € (trinta e sete mil novecentos e noventa e cinco euros e noventa e cinco cêntimos).
- 2 - O valor mencionado no número anterior é fixo e independente de quaisquer alterações que ocorram no decurso das obras objeto do presente contrato.

**CLÁUSULA 5.<sup>a</sup>**

**(Caução)**

- 1 - O SEGUNDO OUTORGANTE prestará caução para garantir a boa e regular execução das obras previstas no presente contrato.
- 2 - A caução prevista no número anterior, de valor correspondente ao valor previsto na cláusula 4.<sup>a</sup>, poderá ser prestada, por acordo entre as partes, mediante depósito em dinheiro, garantia bancária autónoma à primeira solicitação ou seguro caução.
- 3 - Por solicitação do SEGUNDO OUTORGANTE, o representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE procederá, através do seu órgão competente, à redução e cancelamento da caução, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

**CLÁUSULA 6.<sup>a</sup>**

**(Prazo das obras)**

- 1 - As obras previstas no presente contrato deverão ser realizadas no prazo de 180 dias, a contar da data de emissão do respetivo alvará de loteamento.
- 2 - O prazo referido no número anterior poderá ser alterado, por solicitação dos SEGUNDO OUTORGANTE, nos termos do artigo 53º do RJUE.

**CLÁUSULA 7.<sup>a</sup>**  
**(Fiscalização)**

1 - O representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE disporá, através do seu órgão competente, dos poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, no que respeita à realização, pelo SEGUNDO OUTORGANTE, das obras previstas no presente contrato.

2 - Sempre que em ação de fiscalização o representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE detete que a execução das obras, previstas no presente contrato, não obedece aos projetos aprovados e às condições neles fixadas, pode ordenar ao SEGUNDO OUTORGANTE, fixando-lhe o prazo para o efeito, que proceda à reposição da obra nas condições constantes do licenciamento.

**CLÁUSULA 8.<sup>a</sup>**  
**(Execução das obras pelo primeiro outorgante)**

1 - O representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE pode, através do seu órgão competente, promover a realização das obras por conta do SEGUNDO OUTORGANTE, quando por causa que lhes seja imputável:

- a) Não tiverem sido iniciadas no prazo de um ano a contar da data da emissão do alvará;
- b) Não tiverem sido concluídas no prazo fixado ou nas suas prorrogações;
- c) Não tenha repostado a obra nas condições constantes do licenciamento, dentro do prazo fixado nos termos do n.º 2 da cláusula anterior.

2 - A execução das obras referidas no número anterior e o pagamento das despesas suportadas com as mesmas efetuam-se nos termos dos artigos 107.º e 108.º do RJUE.

3 - O representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE pode ainda, através do seu órgão competente, acionar a caução referida na cláusula 5.<sup>a</sup>.

**CLÁUSULA 9.<sup>a</sup>**  
**(Receção das obras)**

Às receções provisória e definitiva das obras previstas no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no artigo 87º do RJUE.

Marinha Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

O primeiro outorgante

O segundo outorgante

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**32. Req.º nº 1899/18, datado de 18/10/2018 - Proc.º nº 101/18, datado de 22/03/2018 - Valorvector - Unipessoal Lda.**

998 - Presente processo camarário nº 101/18, registado em 2018/03/22, referente a **pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia e construção de**

**piscina**, a incidir no prédio urbano sito na Rua dos Pinheiros, n.º 2, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3803, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1475, apresentado por **Valorvector - Unipessoal Lda**, com NIPC 508924251 e sede no Largo da Infantaria 7, n.º 19, 1º, Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado com condicionalismo na reunião de Câmara Municipal de 2018/07/09.

Presentes projetos das especialidades, sendo os mesmos os previstos no n.º 16.º do anexo I da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, tendo em consideração o tipo de obra a realizar, e termos de responsabilidade dos respetivos autores, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico datado de 2018/10/18, para os projetos de especialidades, a atestar encontrem-se reunidas as condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido de licenciamento apresentado.

Presente parecer técnico datado de 2018/10/23, que atesta terem sido assegurados a apresentação de elementos, adequadamente elaborados, em satisfação do condicionalismo de aprovação do projeto de arquitetura.

**Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:**

- **DEFERIR**, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de moradia e construção de piscina, a incidir no prédio urbano sito na Rua dos Pinheiros, n.º 2, lugar de São Pedro de Moel, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3803, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1475, apresentado por Valorvector - Unipessoal Lda, com NIPC 508924251 e sede no Largo da Infantaria 7, n.º 19, 1º, Leiria.

- **Informar a requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3- Deverá assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**



**33. Req.º nº 1774/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º nº 35/18, datado de 07/02/2018 - Imolazer - Imobiliária, Lda.**

999 - Presente pedido com o registo nº 1774/18, datado de 02/10/2018, relativo a construção de um edifício industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 8183 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 2339, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 35/18, com data de entrada de 07/02/2018, apresentado por IMOLAZER - IMOBILIARIA, LDA., com o NIPC 506 719 065, com sede na rua do Repouso, nº 48, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara realizada a 1/10/2018;

Presente informação técnica, datada de 23/10/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade entregues em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 24/10/2018, que atesta encontrar-se o processo de licenciamento em condições de ser deferido;

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a construção de um edifício industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 8183 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo nº 2339, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento nº 35/18, com data de entrada de 07/02/2018, apresentado por IMOLAZER - IMOBILIARIA, LDA., com o NIPC 506 719 065, com sede na rua do Repouso, nº 48, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Mais delibera informar o requerente do seguinte:**

**1 - Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.**

**3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**34. Req.º nº 953/18, datado de 17/05/2018 - Proc.º nº 124/10, datado de 31/05/2010 - Maria Adelaide Ferreira Miquelis dos Santos Sampaio**

1000 - Presente pedido com o registo nº 953/18, datado de 17/05/2018, a solicitar a retificação de peças escritas e desenhadas constantes no processo de licenciamento nº 124/10, datado de 31/05/2010, aprovado em reunião de Câmara datada de 16/08/2012,

relativo à **legalização de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação, serviços e estabelecimento de bebidas**, sito na rua do Brasil, n.º 14, Ordem, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 8201 e 9735 e inscritos na matriz predial urbana, respetivamente, sob os artigos n.os 2203 e 4393, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por **Maria Adelaide Ferreira Miquelis Dos Santos Sampaio**, com o NIF 102 453 403, residente na rua do Brasil, n.º 14, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 22/10/2018, que atesta a adequação das correções solicitadas ao processo face às normas e regulamentos legais aplicáveis, nomeadamente quanto ao seu enquadramento relativo ao Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, propondo a sua aprovação.

**Após a análise do pedido, considerando que:**

1. - **As correções solicitadas decorrem da necessidade de colmatar um lapso constante nas peças escritas e desenhadas incluídas no processo de licenciamento com o n.º 124/10, datado de 31/05/2010 e aprovado em reunião de Câmara datada de 16/08/2012;**
2. - **Com a correção solicitada mantém-se a total observância dos parâmetros urbanísticos em vigor para o local, designadamente os decorrentes do disposto no n.º 8 do artigo 5º do regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande;**

**A Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR o pedido de retificação, pelos elementos escritos e desenhados constantes no requerimento n.º 953/18, datado de 17/05/2018, das peças escritas e desenhadas correspondentes constantes no processo de licenciamento n.º 124/10, datado de 31/05/2010, aprovado em reunião de Câmara datada de 16/08/2012, relativo à legalização de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação, serviços e estabelecimento de bebidas, sito na rua do Brasil, n.º 14, Ordem, nos prédios registados na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob os n.ºs 8201 e 9735 e inscritos na matriz predial urbana, respetivamente, sob os artigos n.os 2203 e 4393, da freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentado por Maria Adelaide Ferreira Miquelis Dos Santos Sampaio, com o NIF 102 453 403, residente na rua do Brasil, n.º 14, Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**35. Req.º nº 1718/18, datado de 21/09/2018 - Proc.º n.º 20/18, datado de 26/01/2018 - Imolazer - Imobiliária, Lda.**

1001 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1718/18, datado de 2018/09/21, constante do processo camarário n.º 20/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de **“Alteração de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação”**, a levar a efeito num prédio urbano sito na rua 25 de Abril, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15302 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2186 da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Imolazer - Imobiliária, Lda.**, com o NIPC 506719065, com sede em rua do Repouso, lugar de Casal Galego, n.º 48, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/10/10, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Alteração de moradia unifamiliar, anexo e muros de vedação”*, a levar a efeito num prédio urbano sito na rua 25 de Abril, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15302 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 2186 da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 20/18, com data de entrada em 2018/01/26, apresentado por Imolazer - Imobiliária, Lda., com o NIPC 506719065, com sede em rua do Repouso, lugar de Casal Galego, n.º 48, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/10/10, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR a firma requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes no art. 18.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, ao apresentar muros de vedação confinantes com as ruas 25 de Abril e das piscinas, com uma altura máxima superior a 1,50m e as constantes no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, ao apresentar uma rampa integrada no percurso acessível sem garantir as especificações constantes na secção 2.5 das normas técnicas do referido diploma, nomeadamente por dispor de uma largura inferior à largura mínima de 0,90m prevista na alínea 1) do ponto 2.5.4. e não contemplar plataforma de descanso com as dimensões mínimas previstas no ponto 2.5.6.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**36. Req.º nº 772/18, datado de 18/04/2018 - Proc.º n.º 138/18, datado de 18/04/2018 - Luís Manuel Fernandes Soeima**

1002 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 772/18, datado de 2018/04/18, constante do processo camarário n.º 138/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de *“Legalização da alteração e ampliação de edifício habitacional com dois fogos”*, incluindo a *“Demolição de áreas ilegais”*, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2913 e omissa na matriz, apresentado por **LUÍS MANUEL FERNANDES SOEIMA**, com o NIF 146749537, com residência em Travessa da Portela, n.º 16, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/10/11, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de *“Legalização da alteração e ampliação de edifício habitacional com dois fogos”*, incluindo a *“Demolição de áreas ilegais”*, a incidir sobre um prédio urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2913 e omissa na matriz, com o número de processo 138/18, com data de entrada em 2018/04/18, apresentado por **LUÍS MANUEL FERNANDES SOEIMA**, com o NIF 146749537, com residência em Travessa da Portela, n.º 16, 1.º, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/10/11, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede

de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente:

1. O n.º 8 do art. 5.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, relativo ao índice de construção bruto máximo de 0,6 dado apresentar uma área bruta total de construção de 380,60m<sup>2</sup>, superior à área de construção máxima permitida para o prédio de 360,00m<sup>2</sup>, resultando assim, num índice de construção bruto de 0,634.
2. O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 08/08, ao não apresentar o respetivo Plano de Acessibilidades previsto no n.º 5 do seu art. 3.º.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**37. Req.º nº 1777/18, datado de 02/10/2018 - Proc.º n.º 416/18, datado de 02/10/2017 - Conceição de Jesus Vieira, Beatrice Mendes Vieira, Eugénia Maria Vieira Mendes, Odete Vieira Mendes e Gabriel Mendes**

1003 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1777/18, datado de 02/10/2018, apresentado por **Conceição de Jesus Vieira, Beatrice Mendes Vieira, Eugénia Maria Vieira Mendes, Odete Vieira Mendes** e por **Gabriel Mendes**, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua da Foz, n.º 38, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo camarário n.º 864/76, titulada pelos alvarás de construção n.º 10725, emitido em 26/10/1976, e n.º 69, emitido em 21/01/1977, em nome de José Mendes Ribeiro.

Presente parecer técnico datado de 06/06/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito Rua da Foz, n.º 38, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de Conceição de Jesus Vieira, Beatrice Mendes Vieira, Eugénia Maria Vieira Mendes, Odete Vieira Mendes e de Gabriel Mendes, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**  
**Engenheira Maria João Oliveira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Fiscal Nuno Fernandes**
- 2) **Membros suplentes**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Fiscal Álvaro Letra**

**Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**38. Req.º nº 1852/18, datado de 12/10/2018 - Proc.º nº 578/2018, datado de 21/09/2018 - Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande**

1004 - Presente ofício nº 313, datado de 28/06/2018, remetido pela Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande, a informar da existência de uma reclamação apresentada por Cláudia Almeida, referente à existência de infiltrações e humidade na fração correspondente ao 6.º andar direito do prédio sito na Avenida Vitor Galo, nº 90, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Virgílio Alfredo da Costa Almeida e a requerer a realização de uma vistoria conjunta, por ter constatado em visita ao local a existência de compartimentos com infiltrações de água da chuva.

Presente parecer datado de 21/09/2018, bem como despachos proferidos pela Chefe de Divisão e pelo Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, referindo que, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 89.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que refere que a Câmara Municipal pode, a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade existentes, sendo para tal determinação precedida da realização de vistoria, a determinar pela Câmara Municipal (art.º 90.º do RJUE);

**Após análise da comunicação remetida pela Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande, e da informação datada de 21/09/2018, a Câmara Municipal delibera:**

**Nos termos do nº 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Avenida Vitor Galo, nº 90, 6.º Dto., freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança e salubridade, e da alegada utilização de uma garagem para fins diferentes do licenciado, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, e bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários.**

**DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 14/11/2018, pelas 10h30, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:**

**Membros efetivos:**  
**Engenheira Cristina Silva**  
**Arquiteto Ricardo Santos**  
**Engenheiro Vasco Fernandes**

**Membros suplentes:**  
**Engenheiro Jorge Junqueira**  
**Arquiteto Alexandre Fava**  
**Dr. Hugo Areal**

**NOTIFICAR** os reclamantes, Cláudia Almeida e Virgílio Alfredo da Costa Almeida, bem como o proprietário da fração correspondente ao 7.º andar do imóvel, Leonel Andrade Inácio, da realização da vistoria, convocando-os para estarem presentes na mesma.  
**INFORMAR** o reclamante, bem como o proprietário da fração correspondente ao 7.º andar do imóvel que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.  
**INFORMAR** a Unidade de Saúde Pública-Serviço Local da Marinha Grande desta diligência, por forma a integrarem a respetiva Comissão de Vistorias.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **SAÚDE**

### **39. Escalas de turnos das farmácias do Concelho da Marinha Grande para o ano de 2019 – Emissão de parecer**

1005 - A Sr.ª Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente e-mail da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., datado de 03 de outubro de 2018, com o registo de entrada E/9128/2018, a remeter a proposta de escalas de turnos das farmácias do Município da Marinha Grande, a entrar em vigor no dia 01 de janeiro de 2019.

**A Câmara Municipal delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, e depois de verificar que as escalas de turnos das farmácias instaladas na área do Município da Marinha Grande se enquadram no regime de disponibilidade previsto na legislação em vigor, emitir parecer favorável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

## **AÇÃO SOCIAL**

### **40. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Portuguesa de Deficientes: Plano de Atividades de 2018.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:**

*“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

1006 - Presente deliberação camarária, datada de 13 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ao programa de apoio a atividades anuais, para o desenvolvimento do Plano de Atividades de 2018, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

### **ATIVIDADES ANUAIS**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8751/2017	501129430	Associação Portuguesa de Deficientes	Plano de Atividades de 2018	31,6

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES ANUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Associação Portuguesa de Deficientes	Plano de Atividades de 2018	501129430	31,6	2018/A/89	2.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*



*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**41. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Sindical União dos Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal.**

1007 - Presente deliberação camarária, datada de 20 de fevereiro de 2018, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ao programa de apoio a atividades pontuais, para a realização do tradicional Almoço de Natal do Reformado para o corrente ano, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**APOIO PONTUAL**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/10515/2017/2	502870419	A.S.U.R.P.I.	Almoço de Natal do Reformado	28,6

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES PONTUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
ASURPI	Almoço de Natal do Reformado	502870419	28,6	2018/A/89	2.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em*

*processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **42. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Associação Amigos por Perto**

1008 - A Sr.<sup>a</sup> Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente pedido de apoio financeiro da Associação Amigos por Perto, para assegurar o funcionamento da Associação até 31 de dezembro de 2018, registado através da entrada n.º 9737/2018, de 22 de outubro.

Presente informação de 24 de outubro, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal, da atividade desenvolvida pela Associação e da análise do pedido de apoio ao abrigo do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por Regulamento);

Considerando que a entidade foi constituída legalmente em 20 de abril de 2018, conforme escritura pública de constituição da associação em anexo;

Considerando que a apresentação das candidaturas “*devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto*”, conforme disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Regulamento.

Considerando que o n.º 3 do Regulamento prevê “*Excecionalmente, as candidaturas aos programas de apoios a atividades pontuais e de apoio a infraestruturas, podem ser apresentadas para além do prazo referido no n.º 1, desde que o pedido seja devidamente fundamentado*”;

Considerando que a entidade apresentou a candidatura após a data prevista no n.º 1 do artigo 11.º, por ter sido formalmente constituída apenas em 2018;

Considerando que a candidatura não é passível de enquadramento na exceção prevista no n.º 3 do artigo 11.º do Regulamento;

Considerando que o artigo 27.º do Regulamento determina que *“os casos omissos no presente regulamento são decididos pela Câmara Municipal da Marinha Grande”*;

Considerando que a data de constituição da Associação, posterior à data limite de entrega da candidatura, impossibilita a apreciação da candidatura nos termos do Regulamento;

Considerando o atual trabalho desenvolvido pela Associação em prol das famílias e instituições do concelho;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

**A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea o) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:**

**ATIVIDADES ANUAIS:**

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	AÇÃO	MONTANTE
Associação Amigos por Perto	Despesas de funcionamento	514877103	2018/A/89	3.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURA**

### **43. Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 16 de dezembro apresentado pelo Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda**

1009 - Presente pedido do Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda., com o n.º de registo E/9180/2018, de 8 de outubro, em que é solicitada à Câmara Municipal a cedência da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização do espetáculo de Hip-Hop Dance, no dia 16 de dezembro às 16h00.

Presente igualmente a Informação Técnica com referência I/2665/2018 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo) e à programação prevista.

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”.

Consideramos que o interesse cultural está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins culturais e pedagógicos com os quais a autarquia certamente se identifica. Com este espetáculo pretende-se dar a conhecer a atividade prosseguida pelo Ginásio no concelho da Marinha Grande, na área do ensino do hip hop, e possibilitar assim o espetáculo com a participação das cerca de 60 crianças e jovens com idades compreendidas entre os 3 e os 16 anos que frequentam aquela modalidade.

Considerando que a cedência da utilização da Casa da Cultura está prevista no Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens designadamente nos artigos 5.º, 7.º, 8.º, 12.º a 14.º não havendo motivos que justifiquem o seu indeferimento.

Considerando que ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande apenas estão isentas do pagamento de taxas “As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande”, o que não acontece no caso em apreço.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 16 de dezembro para espetáculo a realizar às 16h00, nas seguintes condições:**

- O Município assegura o pessoal de apoio à sala num total de 5 pessoas (um de apoio ao palco e 4 para receção e sala);
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura no valor de 9,58€, conforme previsto no artigo 33.º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;
- O Ginásio Fisicoloucura Prática Desportiva Lda deve garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **44. Casa da Cultura Teatro Stephens - Pedido de cedência para o dia 11 de novembro. Gala dos 15 anos apresentado por Associação Salto Inteligente “Nelly’s Dance”**

1010 - Presente o requerimento com o registo de entrada n.º 9002/2018, de Nelly Ferreira Presidente da Associação sem fins lucrativos, Salto Inteligente, em que é solicitado à Câmara apoio no sentido da cedência gratuita da Casa da Cultura Teatro Stephens para realização da Gala que pretende celebrar os 15 anos de ensino da dança.

Presente igualmente a Informação Técnica com o n.º 2624/2018 na qual é feito o enquadramento do pedido face à legislação aplicável (cfr. anexo).

Considerando que de acordo com n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens a programação de atividades desta sala de

espetáculos pode incluir eventos propostos e organizados por entidades exteriores desde que aprovados pela autarquia.

Considerando que a referida aprovação depende da verificação dos pressupostos referidos no n.º 4 do artigo 7.º ou seja “A realização dos eventos propostos por entidades exteriores está dependente das características e objetivos das ações propostas, do seu interesse cultural, cívico ou outro, da capacidade de resposta dos meios técnicos instalados e da adaptabilidade do espaço”.

Consideramos que o interesse cultural está acautelado na medida em que através da atividade proposta, são prosseguidos fins culturais e pedagógicos com os quais a autarquia se identifica. A realização desta Gala dos 15 anos, pretende assinalar e dar a conhecer a atividade prosseguida pela Associação no concelho da Marinha Grande, através da Escola Nelly's Dance que promove o ensino das danças urbanas a um conjunto alargado de jovens marinhenses, designadamente na área do hip hop.

Considerando no entanto, que ao abrigo do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande só estão isentas do pagamento de taxas “As associações de bombeiros, as fundações e as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos actos, factos ou actividades que se destinem directamente à prossecução dos seus fins estatutários”, o que não acontece no caso em apreço, pois apesar da escola NELLY's DANCE relacionada com a Associação Salto Inteligente se situar no concelho da Marinha Grande, a Associação tem de facto sede no concelho de Leiria.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande analisou a proposta e delibera ceder a utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens no dia 11 de novembro de 2018 para realização da Gala dos 15 anos bem como assegurar o pessoal de apoio (4 sala e 1 produção) nas seguintes condições:**

- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pelo pagamento de taxa devida pela utilização da Casa da Cultura no valor de 9,58€ conforme previsto no artigo 33º n.º 1 do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande;**
- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pelo pagamento dos técnicos de som e luminotecnia que prestam serviço no Teatro;**
- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pelo eventual pagamento de direitos de autor devidos à respetiva Sociedade Portuguesa de Autores e pela licença de representação a emitir pelo IGAC – Inspeção Geral das Atividades Culturais;**
- **A Associação Salto Inteligente fica responsável pela elaboração dos bilhetes (cf. modelo a fornecer pelo município) e pela sua distribuição;**
- **A Associação Salto Inteligente deve ainda garantir o cumprimento das obrigações de utilizador previstas no artigo 17.º do Regulamento de Funcionamento e Utilização da Casa da Cultura Teatro Stephens.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

**45. Atribuição de apoio a entidades de natureza cultural em 2018 - Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego - FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:**

*“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste*

*regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

1011 - Presente deliberação de 27 de novembro de 2017, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividade pontual:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8779/2017, de 28 setembro	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4 pontos

Presente processo para a atribuição de apoio financeiro para a realização da **FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018**, que foi presente à reunião da Câmara Municipal no dia 17 de setembro de 2018, tendo sido retirado para revisão do montante do apoio, em face de haver conhecimento de alterações relativas à duração do evento;

Presente carta com registo de entrada E/8503/2018, de 19 de setembro, considerada uma adenda à candidatura E/8779/2017, de 28 de setembro de 2017, apresentada pela **Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego**, através da qual é formalmente comunicado o alargamento da duração do evento, a realizar-se de 01 a 09 de dezembro de 2018 e dos dias de entrada gratuita da **FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018**, o que, de acordo com o que é referido na carta, representa “(...) *um esforço financeiro redobrado por parte da nossa Associação (...)*”, pelo que é solicitada a “(...) *revisão do apoio financeiro a ser concedido (...)*”;

Presente informação interna da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento com registo I/2542/2018, de 01 de outubro, nas quais se dá conhecimento à Câmara Municipal que, nesta fase, a entidade **Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego** preenche os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento, propondo a atribuição de apoio financeiro, para a realização da **FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018**;

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido.

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades



de natureza social, cultural, desportiva, recreativa e outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/168;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária e Segurança Social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande, nos termos do artigo 6.º do Regulamento.

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios e Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	PONTUAÇÃO	AÇÃO	VALOR A ATRIBUIR
E/8779/2017, de 28 setembro E/8503/2018, de 19 setembro	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG: Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4 pontos	2018/A/168	25.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e 20.º, n.º 1, do Regulamento, aprovar a minuta do Contrato-Programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **TEMPOS LIVRES E DESPORTO**

### **46. Desistência de candidatura para apoio financeiro do Clube de Atletismo da Marinha Grande - 1º Meeting de Lançamentos Cidade de Cristal**

1012 - Presente deliberação de 28 de maio de 2018, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, tendo esta ficado selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### **Atividades Pontuais:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8475/2018	Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	1º Meeting Lançamentos Cidade de Cristal	29,6

Presente informação I/2217/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que é dado conhecimento que **o Clube de Atletismo da Marinha Grande** propõe à Câmara Municipal, através de mail datado de 24 de agosto de 2018, que considere a possibilidade de cancelamento da candidatura apresentada para efeitos de obtenção de apoio financeiro para realização do 1º Meeting de Lançamentos Cidade de Cristal atendendo a que “recebeu uma “proposta/convite” endereçada pela Federação Portuguesa de Atletismo, tendo em conta o

trabalho que tem vindo a ser realizado, para realização, em 2019, com o seu apoio, de um Torneio de Lançamentos, com caráter nacional e internacional, na Marinha Grande o que, no entender do Clube, será uma iniciativa com muito mais impacto mediático e visibilidade do que a proporcionada pelo torneio objeto da referida candidatura.

Em face do exposto e não obstante o seu compromisso de realizar 1º Meeting de Lançamentos Cidade de Cristal, até final de 2018, o Clube de Atletismo da Marinha Grande propõe assim à Câmara Municipal a desistência da candidatura acima referida e seja assim considerada anulada pelas razões expressas.

Considerando a informação supracitada, é proposto que a candidatura apresentada pelo Clube de Atletismo da Marinha Grande seja considerada sem efeito, pelas razões expressas naquela informação e pela própria entidade nos termos da correspondência emitida.

**A Câmara Municipal apreciou e toma conhecimento da intenção e das razões evocadas pelo Clube de Atletismo da Marinha Grande, de requerer a desistência da sua candidatura com o registo de entrada E/8780/2017, que tinha sido apresentada para efeitos de obtenção de apoio financeiro para organização do 1º Meeting de Lançamentos Cidade de Cristal, considerando-a, assim, nula e sem efeito.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.**

#### **47. Desistência de candidatura a apoio financeiro da ASCD Casal Galego - 9.ª prova de BTT/2018**

1013 - Presente deliberação de 27 de novembro de 2018, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, tendo esta ficado selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

##### **Atividades Pontuais:**

<b>REGISTO</b>	<b>ENTIDADE</b>	<b>NIF</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PONTOS</b>
E/8777/2017	ASCD Casal Galego	501540563	9ª Prova de BTT/2018	30,8

Presente informação I/2698/2018, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que é dado conhecimento que a **Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego** informou a Câmara Municipal, através de mail, de que decidiu proceder ao cancelamento da candidatura apresentada para efeitos de obtenção de apoio financeiro para a 9ª Prova de BTT/2018, uma vez que considera não existirem condições no terreno para realização desta prova, em virtude da ocorrência do incêndio que deflagrou no "Pinhal do Rei" em 2017 e dos trabalhos de corte que desde então têm vindo a ter lugar.

Considerando a informação supracitada, é proposto que a referida candidatura, da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, seja considerada nula e sem efeito, pelas razões expressas naquela informação e pela própria entidade, nos termos da correspondência emitida.

A Câmara Municipal apreciou e toma conhecimento da intenção e das razões evocadas pela Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, de requerer a desistência da sua candidatura com o registo de entrada E/8777/2017, que tinha sido apresentada para efeitos de obtenção de apoio financeiro para organização da 9ª Prova de BTT/2018, considerando-a, assim, nula e sem efeito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**48. Proposta de admissão de candidatura da Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio - Taça Europeia de Clubes “EHF Women’s Challenge Cup 2018”**

1014 - Presente informação n.º I/2747/2018 da DDC, datada de 22 de outubro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 79/2018, datado de 16 de março de 2018, relativa à proposta de admissão de candidatura da SIR 1º de Maio, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

**Considerando:**

- Que foi rececionada a seguinte candidatura para apoio a projetos de carácter desportivo:

**Atividades Anuais**

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8112/2018	04/09/2018	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	501056467	Taça Europeia de Clubes Women’s Challenge Cup 2018	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos

compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

**Atividades Pontuais:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	PROPOSTA
E/8112/2018	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	501056467	Taça Europeia de Clubes Women's Challenge Cup 2018	40	Admitir

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **49. Atribuição de apoio – Clube de Atletismo da Marinha Grande - Convívio de Benjamins**

1015 - Presente deliberação de 3 de setembro de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

##### **Atividades Pontuais:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8473/2017	Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	Convívio de Benjamins	26

Presente informação n.º I/2744/2018, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, o Clube de Atletismo da Marinha Grande preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- Abrangência da atividade ou projeto
- Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- Necessidade financeira do pedido

Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2018/A/189;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

#### ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Clube de Atletismo da Marinha Grande	503912530	Convívio de Benjamins	26	2018 / A / 189	230,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e 20.º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do*

*que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

#### **50. Candidatura da SIR 1º de Maio - Taça Europeia de Clubes “Women’s Challenge Cup 2018” - Atribuição de apoio**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira referiu o seguinte:**

*“Concordamos em pleno com esta e outras candidaturas para apoios aos clubes e associações. No entanto, não podemos concordar com a discricionariedade deste regulamento que temos. Sem prejuízo para o projeto, pois nem este, nem qualquer outro apoio, alguma vez deixou de ser atribuído por responsabilidade dos vereadores do MPM, mas porque discordando dos CRITÉRIOS, vamos continuar a abster-nos, com declaração de voto, até este executivo permanente decidir alterar os regulamentos que tanto prejudicam as associações.”*

1016 - Presente deliberação de 29 de outubro de 2018, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

#### **Atividades Pontuais:**

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8112/2018	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	501056467	Taça Europeia de Clubes Women's Challenge Cup 2018	40

Presente informação n.º I/2750/2018, da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a **Sociedade de Instrução e Recreio 1º de Maio** preenche todos os requisitos previstos no artigo 6.º do Regulamento e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

Abrangência da atividade ou projeto  
Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis  
Necessidade financeira do pedido



Considerando as atribuições do Município da Marinha Grande no domínio do desporto, nos termos da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande a competência para apoiar as atividades de natureza desportiva de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerada a existência de dotação financeira na ação 2016/A/183;

Considerados os critérios definidos no regulamento e a verba prevista em Plano de Atividades Municipais;

Considerada a análise dos fatores acima descritos e a definição do valor do apoio financeiro a atribuir;

Atendendo a que a entidade tem a sua situação regularizada perante a autoridade tributária e segurança social e as suas obrigações cumpridas perante o Município da Marinha Grande nos termos do artigo 6.º do regulamento;

**A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pelas alíneas u) do nº 1, do artigo 33.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:**

#### ENTIDADES DE NATUREZA DESPORTIVA

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	Taça Europeia de Clubes Women's Challenge Cup 2018	501056467	40	2016/A/183	10.000,00€

**Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar a minuta do contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, em anexo.**

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, que proferiram a seguinte declaração de voto:**

*“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.*

*Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.*

*Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.*

*Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.*

*Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.*

*Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.*

*Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”*

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

## **EDUCAÇÃO E JUVENTUDE**

### **51. Celebração de Acordo de Cooperação Técnica para a Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Secundária José Loureiro Botas.**

Sobre este processo o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

*“Questionei sobre quais as obras que estão em causa e o valor.*

*Queremos que as nossas escolas sejam modernizadas, mas os edifícios das escolas secundárias são da responsabilidade do Ministério da Educação. Então porque é que o financiamento e o pagamento têm de ser pagos pela câmara?*

*A obra não pode ser paga pela câmara porque o edifício não é nosso. Não podemos estar a fazer obras em propriedade de terceiros. Concordamos que podemos fazer o projeto, dar apoio técnico e acompanhamento das obras. Mas o Ministério é que paga as obras.”*

A **Sr.ª Presidente** interrompeu a reunião para ir esclarecer junto da Secretária de Estado da Educação sobre o objeto do Acordo de Cooperação.

**Dado que a Sr.ª Presidente não dispõe neste momento do esclarecimento necessário o ponto não foi votado.**

### **52. Designação dos representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escola Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria**

1017 - Atendendo ao despacho de nomeação n.º 490/GP/CF/2017 de 25 de outubro em anexo, que delegou a área da educação na Vereadora Dr.ª Célia Cristina Letra Faustino Guerra;

Atendendo a que nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, na composição dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, tem de estar salvaguardada a participação, entre outros, de representantes do município.

Segundo o n.º 4 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia.

O n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, prevê ainda que o número de elementos que compõem cada um dos Conselhos Gerais é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno.

Os regulamentos internos dos Agrupamentos de Escolas da Marinha Grande Nascente e Vieira de Leiria preveem para a constituição do conselho geral, dois representantes do município e o do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente prevê três representantes do município.

Por despacho n.º 446/GP/CF/2018, verificou-se a partir de 11 de outubro, a nomeação em regime de substituição do cargo de Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, que se remete em anexo.

**Deste modo, atendendo ao disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, e sob proposta da Sr.ª Presidente, a Câmara Municipal delibera designar como representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, os seguintes elementos:**

**Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente**

- Célia Cristina Letra Faustino Guerra – Vereadora da Educação, que no caso de falta ou impedimento será substituído pelo Chefe de Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves.
- Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas – Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande

**Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente**

- Célia Cristina Letra Faustino Guerra – Vereadora da Educação
- Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves – Chefe de Divisão de Desenvolvimento da Cidadania
- António Soares André – Presidente da Junta de Freguesia da Moita

**Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria**

- Célia Cristina Letra Faustino Guerra – Vereadora da Educação, que no caso de falta ou impedimento será substituído pelo Chefe de Divisão de Desenvolvimento da Cidadania, Pedro Nuno Jerónimo Gonçalves.
- Álvaro Pinto Cardoso - Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria

**Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM.**

**Esta deliberação foi aprovada em minuta.**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**E nada mais havendo a tratar, a Sr.<sup>a</sup> Presidente encerrou a reunião eram 18:30 horas.**

**No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

**A Presidente da Câmara Municipal,**

**A Secretária da reunião,**